



REVISÃO
PLANO DIRETOR
2019 - 2039 SUMARÉ/ SP

5
VOLUME

Revisão do Plano Diretor DIAGNÓSTICO



SUMARÉ

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ/



DOCUMENTO BASE DIAGNÓSTICO



VOLUME V - LEITURA COMUNITÁRIA CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

I. INTRODUÇÃO

O planejamento se insere atualmente, em um processo dinâmico, retroalimentado e aberto, a ser continuamente reavaliado e readequado às novas realidades que surgem. Esta concepção reflete o caminho da sociedade em busca da participação democrática, do espírito humanista, na crescente e inadiável necessidade de superar a fragmentação a que o mundo e as cidades estão submetidos. Neste sentido, o ato de planejar implica na articulação de diversos sujeitos e interesses, fazendo com que a participação mais ampla tenha reflexos na melhoria da qualidade de vida, através da interpretação técnica. Enfim, o processo democrático passa a ser um componente essencial da proposta de planejamento, garantindo sua vinculação com a diversidade da vida urbana. O compromisso político assumido para que Sumaré realmente se coloque neste contexto teve expressão através da necessidade da alteração no Sistema de Planejamento, assim como no Plano Diretor, que já não abrangia todos os aspectos hoje demandados. Neste sentido o projeto da Revisão do Plano Diretor, iniciado no ano passado, vem discutindo e finalizando as diretrizes para que o Município se torne a “Cidade que se quer”.

A conclusão da Etapa I de elaboração do PDDS consolida o diagnóstico dos problemas municipais com a identificação das questões essenciais que impactam o território da cidade, as principais potencialidades e fragilidades da realidade atual do Município de Sumaré. Com este objetivo foram produzidos os seguintes documentos:

Relatório 1 – DOCUMENTO BASE DIAGNÓSTICO:

1. Contexto Regional- RMC
2. Contexto Municipal
3. Contexto Econômico
4. Perfil do Desenvolvimento Econômico Municipal
5. Finanças Municipais
6. Aspectos Ambientais

Relatório 2 – DOCUMENTO BASE DIAGNÓSTICO:

7. Aspectos Espaciais – Estrutura Urbana

Relatório 3 – DOCUMENTO BASE DIAGNÓSTICO:

8. Aspectos Demográficos
9. Aspectos Sociais

Relatório 4 – DOCUMENTO BASE DIAGNÓSTICO:

10. Mobilidade Urbana
11. Saneamento Básico
12. Sistema de Drenagem Urbana
13. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
14. Infraestrutura Pública
15. Organização Municipal

Relatório 5 – DOCUMENTO BASE DIAGNÓSTICO:

16. Leitura Comunitária

Anexo I – MAPAS

- ✓ Mapa Base do Município
- ✓ Relevo e Hidrografia

- ✓ Eixos Viários
- ✓ Evolução Urbana
- ✓ Patrimônio Histórico
- ✓ Localização Industrial, Prestação de Serviços e Comércio
- ✓ Tipos de Solo
- ✓ Uso Predominante do Solo
- ✓ Perímetro Urbano e Zona Rural
- ✓ Regiões Administrativas
- ✓ Áreas Conurbadas
- ✓ Diretrizes para Ocupação Brownfield
- ✓ Vazios Urbanos
- ✓ Classificação dos Vazios Urbanos
- ✓ Áreas Habitacionais com Viabilidades
- ✓ Áreas Verdes e Praças Públicas
- ✓ Ocupações e Assentamentos
- ✓ Saneamento
- ✓ Equipamentos Estaduais de Educação
- ✓ Equipamentos Municipais de Educação
- ✓ Equipamentos Públicos de Saúde
- ✓ Equipamentos Públicos de Cultura, Esporte e Lazer e Assistência Social
- ✓ Equipamentos Públicos de Segurança

Anexo II – Áreas em ocupações de risco e precárias - Inventário

PUCC – Observatório de Economia: Relatórios

Relatório 1 - Mercado de Trabalho em Sumaré – período 2010 a 2019

Relatório 2 - Estrutura Produtiva de Sumaré

Anexo III - Tabelas das proposições

Como apontado em outros pontos do relatório, existem questões estratégicas no âmbito das funções públicas que foram consideradas neste Diagnóstico, como desafios a serem enfrentados pela Administração Municipal, sempre em conjunto com a sociedade civil.

Os resultados das reuniões setoriais e das leituras técnicas e comunitárias ultrapassaram o propósito essencial de levantamento das questões relevantes, indo além da identificação dos problemas de caráter setorial, muitas vezes, chegando à formulação de propostas e de diretrizes, o que enriqueceram a discussão na medida em que produziram insumos para as próximas etapas do processo de construção do PDDS.

A expansão e o adensamento urbano também são aspectos que não podem deixar de ser observados, uma vez que implicam na extensão das redes de saneamento, transporte, energia elétrica, infraestrutura e serviços.

As diversas situações encontradas no Município quanto à acessibilidade, restrições ambientais e legais, atendimento por infraestrutura, disponibilidade e situação das moradias, têm ligação direta com o uso e ocupação do solo e por isso exigem intervenção articulada do poder público na busca de solução, sendo, dessa forma, pontos a serem tratados no PDDS, com foco nas realidades atuais da configuração socioeconômica de sua população.

As propostas de projetos e ações públicas do PDDS devem reforçar os aspectos positivos da cidade de Sumaré, seu povo e suas potencialidades, propiciando a disseminação de padrões aceitáveis de acesso às oportunidades provenientes do desenvolvimento econômico e social e do processo de urbanização.

Reforça-se ainda a relevância deste diagnóstico para qualificação das políticas, que envolvem governo, sociedade civil e, de forma específica, a população impactada, crianças, adolescentes e jovens-adolescentes, mulheres e idosos. Destaca-se o empenho da administração atual, da comunidade e dos demais atores da Prefeitura na definição de prioridades e ações, abrindo-se a novos conhecimentos adquiridos ou que serão buscados enquanto grupo, especialmente na compreensão dos marcos legais e regulatórios para a criação de oportunidades concretas de garantia de direitos.

Cabe destacar que o PDDS se destina a demandar a proposição de diretrizes e metas para o equacionamento dos problemas urbanos no âmbito da visão do desenvolvimento sustentável, com foco na dimensão físico-territorial e humana do desenvolvimento e visando à formulação de um projeto de ordenamento do território da cidade.

A implantação de programas, projetos e ações no âmbito municipal e metropolitano exige recursos significativos e ampla articulação interfederativa.

O Estatuto da Cidade e da Metrópole apontam que o PDDS deverá indicar os instrumentos e mecanismos para o financiamento, o monitoramento e a implementação das propostas do Plano.

O grande desafio para os próximos anos é a manutenção do papel destes programas como vetor de desenvolvimento municipal, com determinada contribuição regional, garantindo a igualdade de acesso às oportunidades provenientes do desenvolvimento e do processo de urbanização, que deverão considerar os seguintes aspectos:

- I. A urbanização e a expansão urbana com foco na coesão territorial e na sustentabilidade ambiental, como componentes estratégicos do desenvolvimento econômico;
- II. A expansão urbana e a configuração do uso do solo, com ênfase na correção das situações de precariedade, irregularidade, risco e na preservação ambiental;
- III. A dinâmica demográfica com identificação de trajetórias de mudanças nos territórios e suas repercussões nas demandas por habitação, infraestrutura e serviços;
- IV. O desenvolvimento sustentável de Sumaré com foco na integração dos investimentos aos sistemas de infraestrutura e logística e
- V. Os investimentos estratégicos ao desenvolvimento: setores e atividades de densidade tecnológica e científica, inovação tecnológica e formação de capital humano.

Sumaré tem uma economia forte e diversificada. Seu parque industrial abriga uma grande variedade de empresas. E entre as pequenas, médias e multinacionais não existe um segmento que seja forte na cidade: trata-se de uma multidiversidade de tipos de indústrias, o que nos indica uma necessidade urgente de uma gestão mercadológica visando trazer uma economia ascendente e sólida, através de uma expertise de vetor econômico.

Alguns aspectos deverão ser priorizados no sentido de se implementar as ações a curto prazo elencadas abaixo:

- a) Compatibilizar o uso e a ocupação rural com a proteção ambiental, especialmente a preservação das áreas de mananciais, garantindo a produção da água e as possibilidades de desenvolvimento econômico sustentável;
- b) Promover a recuperação urbanística e fundiária dos assentamentos existentes;
- c) Proteção dos recursos hídricos;
- d) Incentivar a produção agrícola familiar através dos agronegócios e da economia solidária;
- e) Promoção imediata de projetos e programas de desenvolvimento econômico;

- f) Elaborar cronograma de execução paulatina dos reservatórios de retenção ou de armazenamento propostos no PDMQ - Plano Diretor de Macrodrenagem do Ribeirão Quilombo;
- g) Melhoria do IDEB e do IDH Municipal;
- h) Ampliação do sistema de saúde, principalmente no caso dos atendimentos ambulatoriais, especialidades e) Centros de Desenvolvimento Psicossocial (CAPS), além do implemento da rede física de servidores;
- i) Focar em um nicho de mercado para o desenvolvimento econômico, com incentivo à vinda de empresas de alta tecnologia;
- j) Implantação de centros culturais multidisciplinares nas administrações regionais, visando a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente na faixa etária de 10 a 30 anos;
- k) Implementação imediata do Sistema Municipal de Planejamento Urbano e todas as suas diretrizes, programas e ações para efetiva aplicação do PDDS.

Destas metas, uma significativa parte implicou na revisão de conceitos do Plano Diretor de 2006, apontando para sua reformulação. Sua análise colocou em evidência um grande espectro de temas a enfrentar, constituindo pauta completa para um Plano de Desenvolvimento e, por consequência, um desafio que supera a rica tradição que temos em plano regulador do uso do solo.

Um Plano de Desenvolvimento que necessariamente deva ser de natureza sustentável, haja vista a sua exigência, frente aos novos condicionantes socioambientais e aos princípios da comunidade internacional acordados na Agenda 21 das Nações Unidas e Agenda 2030 da mesma entidade.

O conteúdo da última Conferência Nacional da Cidade expressou a busca da sustentabilidade socioambiental genuína. Para tal, deve ser implementada a gestão democrática, facilitando e legitimando a participação. Deve ser reforçado o combate às desigualdades e à exclusão social, promovendo as qualidades de vida e do ambiente.

Descentralizar a cidade, para aproximar a urbanidade dos bairros, valorizando sua riqueza e diversidade cultural, mas também articulá-la com a sua Região Metropolitana, assumindo sua continuidade funcional e espacial, o que qualifica, por sua vez, esta riqueza e diversidade.

Nesse contexto para a Conferência Nacional das Cidades, foi escolhido o tema “Função Social da Cidade e da Propriedade”, que expressa a importância do interesse coletivo. O lema “Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas” proclama o caráter igualitário e equânime qualificando o significado do tema. Pois é fundamental suscitar a compreensão do conceito da função social da cidade e da propriedade ainda pouco assimilado pela sociedade.

Para captar todas estas potencialidades, impõe-se mais do que nunca, a articulação entre o setor privado e o público, fazendo com que o primeiro aporte suas energias e criatividade socioeconômica para a qualidade do conjunto e que a administração pública reivindique e assume sua capacidade de articuladora e promotora, na sua responsabilidade pela tutela do bem-estar coletivo.

Uma cidade com este nível de concertação econômica e solidariedade social, estará em melhores condições de explorar todas as suas potencialidades, promovendo seu autofinanciamento e, por consequência sua sustentabilidade como um todo.

A partir dessas constatações elencamos duas fontes de discussões:

1. Fragilidades

Um dos principais elementos levantados pelo Diagnóstico atual do PDDS foi a de que a situação recorrente da cidade de Sumaré como alvo de uma intensa migração, com pessoas vindo em busca de lotes baratos e de oferta de emprego, devido principalmente à pujança econômica do setor industrial nos anos 70 e 80 ainda se mantém relativamente atual, principalmente em se levando em consideração a região conurbada onde se situa. A baixa qualificação profissional de sua população, aliada à localização polinucleada, fez com que grande parte de seus munícipes procurassem empregos em Campinas e em outras cidades da região.

Com características físicas decorrentes de seus vários recortes territoriais, haja vista o delineamento das rodovias Anhanguera, Sumaré-Paulínia, antiga Sumaré-Monte Mor, Sumaré-Nova Odessa e mais atualmente a Rodovia dos Bandeirantes; a demarcação dos vários córregos como o Ribeirão Quilombo e Jacuba e principalmente a formação histórica dos núcleos mais antigos e distantes do Distrito da Sede como o antigo Distrito de Hortolândia, e os atuais Distritos de Nova Veneza, Bairro do Matão e a área CURA e seus entornos, com a instalação nas décadas de 40 e 50 dos grandes latifundiários.

Os recortes físicos foram cruciais para a formação dispersa e polinucleada da cidade de Sumaré, o que marcou o Município como uma cidade recortada.

De volta aos idos de 70 e 80, Sumaré se caracterizou, então, como uma cidade dormitório para a população menos abastada, e, a cidade do emprego para a população de renda mais elevada (donos de indústrias, profissionais liberais e segmentos sociais melhor qualificados), ou seja, população vulnerável só dorme aqui, mas usufrui da infraestrutura pública dos serviços e a população qualificada só vem trabalhar e mora em outras cidades.

Os rendimentos eram gastos, em sua maioria nas outras cidades, em processo de escoamento financeiro. Este fator foi agravante para a economia local, com impacto nos setores de comércio e de prestação de serviços, já que sua população, nesta lógica, utilizava grande parte de sua renda em outras cidades, mesmo nos consumos mais básicos.

A cidade enfrentou com isso um problema econômico e social cíclico, onde a falta de opções de empregos e as dificuldades notórias de vida (gastos excessivos com locomoção e tempo, baixa renda, fluxo de migração constante, etc.), impediu que sua população se qualificasse em favor às indústrias consideradas prioridades no município. Existe aí uma contradição: a riqueza gerada pelo setor industrial de Sumaré, apoiada por privilégios da administração municipal como a isenção de impostos e a doação de terrenos, não foi retornada para sua população mais necessitada. Da maneira como se desenvolveu, esta foi, na verdade, a fonte da degradação ambiental e da precarização da moradia popular no município.

O desregramento do uso e da ocupação do território da cidade foi conivente com o contexto socioeconômico acima retratado. Dados do final da década de 70 e início de 80 mostram um concomitante crescimento vertiginoso da migração, da promoção de loteamentos precários e da economia do setor industrial. Vemos que a ocupação do solo de maneira esparsa e descontínua e sem a infraestrutura básica foi a razão para a baixa do preço da terra e o acolhimento do contingente populacional de baixa renda de Sumaré. O modelo polinuclear, oportuno para o lucro imobiliário, permitiu a criação de vazios urbanos e, no momento seguinte, a ocorrência da hipervalorização dessas áreas, com o consequente espraiamento da população mais pobre para diversas outras regiões da cidade.

É nesse contexto que surgem também as ocupações irregulares - OIs nas poucas áreas públicas do município, principalmente nas que foram destinadas à área verde, de lazer e nas APPs. Mantendo a mesma lógica de ocupação territorial, as OIs surgem em núcleos pequenos e de modo igualmente disperso.

Consequência disso foi a mescla de usos considerados incompatíveis, como o uso industrial em meio ao residencial, além da geração de enormes dificuldades para a gestão pública municipal no atendimento das redes de serviços, saneamento básico, equipamentos comunitários e mobilidade.

Outra situação que deve ser registrada é que, nos últimos 20 (vinte) anos, diversas “leis de anistia” foram publicadas, desfigurando a legislação regulamentadora existente do uso e ocupação do solo, tornando o território municipal num mosaico de categorias de usos.

Portanto o zoneamento torna-se recortado e de difícil planejar.

A partir dos anos 2.000 pode-se notar um fortalecimento das centralidades, agora denominadas de Administrações Regionais, com o fortalecimento principal dos setores de comércio e serviços. Porém o setor industrial não atingiu um mesmo incremento como os demais setores, o que propiciou a consequente elevação do desemprego involuntário¹.

Atualmente as áreas menos providas de infraestrutura são as áreas da Cultura e do Esporte, apontando problemas sociais em consequência dos poucos programas e locais para o desenvolvimento dessas áreas, em especial para as primeiras idades e adolescência.

Isso acarreta uma taxa de inatividade da população infantil e juvenil muito grande, deixando sequelas nesta faixa de idade, como indução às drogas, depressão, delinquência e até suicídios na tenra idade.

Em relação ao comportamento do uso do solo temos uma mancha urbana homogênea, com características mistas de usos e classes socioeconômicas C e D e até E, onde se localizam uma grande parte dos comércios e serviços de pequeno, médio e grande porte, delimitada pelas divisas do Ribeirão Quilombo no Distrito da Sede até sua passagem em Paulínia, perpassando ao longo da Via Anhanguera, considerada o grande vetor de urbanização desta área.

Essa grande mancha detém a maioria da população do Município que, enquanto massa trabalhadora tem muitos dos destinos em Campinas e região, o que se considera ainda área dormitório em grande escala.

Porém a qualificação profissional dessa população é baixa, necessitando investimentos e incentivos na educação técnica.

Outro ponto relevante levantado pelo Diagnóstico é que essa área não detém a apropriação correta de sua cidadania sumareense, uma vez que, uma grande massa trabalha em Campinas e região, e também utilizam toda a rede de comércio, serviços diversificados destes mesmos locais, só retornando para dormir.

Essa fragilização social da falta da característica de pertencimento tem sido avultada ao longo de todos os anos, porém as soluções ainda necessitam de mais ações.

Além disso, essa região produz uma grande quantidade de pequenos negócios ligados aos serviços e aos comércios diversificados. Não existe oportunidade de ocupação de indústrias de médio ou grande porte em função da espoliação imobiliária abusiva, além de toda a situação econômica nacional e falta de mão de obra qualificada e localização residencial conflituosa.

A outra região considerada neste PDDS é a região que se alastra entre o Ribeirão Quilombo e a zona rural, passando pela Rodovia dos Bandeirantes. Essa área é tão grande quanto à outra área referenciada, porém com aspectos não semelhantes. Essa região contém características não tão diversificadas, contando com o avanço de condomínios altos padrões e aglomerando usos “intelectuais” como as universidades, biblioteca municipal, escolas diversificadas, além de comércio com lojas “âncoras” como Magazine Luiza, Pernambucanas, Seller, Baby Calçados, Lojas Cem, Casas Bahia, Boticário, Cybelar e outras mais além dos atacadistas Tenda, Arena e outros.

¹ Desemprego voluntário é quando um indivíduo abandona seu emprego para ir em busca de outro. O desemprego involuntário é quando um indivíduo é demitido.

Atualmente já foi implantado um Shopping Center - *Shopping ParkCity Sumaré*, além da vinda da Rede “Havan” de departamentos.

Nota-se também que nesta porção territorial se agregam a maioria dos projetos e estruturas de cultura, esporte e lazer. A associação com o pertencimento é maior, pois como Distrito Sede e Histórico, possui ainda uma população enraizada com suas origens sumareenses o que, de certa maneira, é irradiada por todo esse território.

Porém a falta de conexão entre essas duas regiões é forte e nociva, além do “cultivo social” de uma certa soberba, estereotipando essas outras áreas como “mais pobres”, “cheia de imigrantes” e sem a possibilidade de qualquer agremiação social entre ambas.

Entretanto, este último território descrito acima é que contém potencialidades reais de crescimento ordenado.

2. Potencialidades

Considerada no século passado uma cidade dormitório e sem perspectivas, Sumaré virou protagonista neste século na Região Metropolitana de Campinas (RMC), quando registrou um crescimento em sua população de 13,13%, pois saiu de uma população de 241.311 hab. para 272.007 hab. em 2017 e 278.571 hab. em 2018.

Antes um município para pequenos comerciantes, a cidade vem crescendo, nos últimos anos, a taxas elevadas na construção de novos negócios, novos empreendimentos de diversas áreas da economia, especialmente para aproveitar o potencial de consumo registrado pelo aumento de condomínios residenciais, direcionados para a classe alta, outros para a classe média e outros para a faixa de renda a partir de três salários mínimos.

O IDGM 2018 – Desafios da Gestão Municipal, divulgado pela empresa Macroplan, consultoria privada, especializada em gestão pública indicou Sumaré e Campinas como as duas únicas cidades que crescerem economicamente na RMC. No ranking nacional Campinas ficou no 7º lugar e Sumaré no 24º lugar, em se computando os serviços públicos em função da qualidade da própria gestão pública. No ranking geral a metodologia utilizada classifica os municípios de 0 a 1 pontos. Campinas alcançou em 2018 0,709 e Sumaré 0,676, principalmente no campo da saúde, onde Sumaré se destacou.

Outra situação que colabora para a potencial emancipação financeira do município é a Segurança.

Em 2018 o Município bateu recordes históricos e alcançou as menores taxas de homicídio e de furtos e roubos de veículos desde que a Secretaria Estadual de Segurança contabiliza estes números. Além disso, Sumaré também reduziu novamente os roubos a pessoas, casas e comércios em 19% em relação à 2017.

Estes são dados muito importantes demonstrando que a população evoluiu em renda e educação, coibindo, com maior intensidade, os delitos. Câmeras de videomonitoramento e uma Central de Comunicação e monitoramento foram implantadas, o que facilitou bastante a inibição da ação de criminosos e conseqüentemente a proteção da população. Em 2017 foram registradas 8.084 ocorrências no geral e em 2018 esse número caiu para 7.843 uma redução de 16,84% na criminalidade nos últimos dois anos.

Outro dado em pauta e de grande importância para a classificação econômica da cidade foi a sua colocação no ranking internacional como uma das melhores cidades com custo-benefício para investimentos estrangeiros, com a análise de salários, preços de insumos e impostos. Essa análise foi feita pela FDI – Foreign Direct Investments, uma revista britânica de economia, pertencente ao Grupo do Financial Times, conceituado grupo de reportagem econômica e tendências de mercado.

A cidade de Sumaré consta da categoria custo-benefício, uma das cinco analisadas pelo estudo “Cidades Americanas do Futuro 2017/2018”. A análise foi feita através do estudo de cinco categorias divulgando os dez melhores em cada uma: potencial econômico; capital humano e estilo de vida; custo-benefício; conectividade e ambiente de negócios amigável.

Essa classificação em uma revista internacional é bem interessante à medida que divulga os potenciais da cidade para grupos de investidores estrangeiros. Esse estudo também serve de alerta, mostrando o quanto Sumaré tem potencial para crescer.

Um dos principais pontos que a cidade oferece é a sua localização regional, com entroncamentos viários diversos e entrepostos comerciais e alfandegários, proximidade da capital financeira do país, valor médio de aluguéis e compra de imóveis tanto comerciais quanto industriais, assim como as tarifas de insumos relacionados à energia elétrica, taxas e outros impostos.

Outro fator positivo é a média salarial da população e o relativamente baixo custo de vida, em relação às outras cidades da RMC, uma vez que possui várias empresas multinacionais o que permite salários e benefícios melhores aos cidadãos. Enquanto o ABC paulista – reduto histórico conhecido pela forte presença de montadoras de automóveis viu sua economia encolher nos últimos anos, a região de Sumaré vivencia um movimento contrário.

Apesar da crise, as empresas que aqui atuam experimentaram um bom desempenho no mercado e, conseqüentemente, uma estabilidade de seus investimentos na produção. Com isso as economias mantiveram-se impulsionadas. Indústrias de outras localidades frearam a produção e tomaram medidas como suspensão de contratos de trabalho, planos de demissão voluntária e férias coletivas, as empresas da região de Sumaré mantiveram a operação.

A população empregada continua aquecendo o mercado financeiro consumidor, melhorando os setores de serviço e comércio principalmente.

Mesmo com a mudança estratégica da Empresa Honda, que desmobilizou parte de sua produção de automóveis e que, com certeza, irá refletir negativamente no orçamento municipal à nível de contrapartida de ICMS, a empresa pretende continuar com a produção dos motores, acessórios e outros insumos, apenas não fazendo a montagem do veículo.

Embora a cidade (e o país) esteja ainda vivenciando reflexos da crise de 2015, verifica-se um incremento nas movimentações de negócios no Município.

Um fator de máxima importância foi a queda do índice de pobreza. Entre 2000 a 2018 o percentual de população pobre caiu de 8,38% para 3,84% o que nos indica investimentos nas áreas sociais, educação e saúde.

O governo do Estado de São Paulo elaborou o Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM 2013-2040), como instrumento da política de desenvolvimento regional visando articular ações e projetos para a MMP².

O PAM baseou-se nos objetivos e diretrizes estabelecidos pela Política de Desenvolvimento da Macrometrópole, propondo condições para o desenvolvimento de suas principais potencialidades e apontando diretrizes, projetos e ações para atingir o “futuro desejado” em 2040.

² A MMP - Macro metrópole paulistana configura o sistema urbano mais importante do país. Reúne 173 municípios, que ocupam 20% da superfície do estado de São Paulo em um raio aproximado de 200 km² a partir da capital, com intensa articulação e integração entre a maior parte das cidades deste sistema. Na MMP vivem 73% da população do estado, gerando uma riqueza equivalente a 83% do PIB paulista e 28% do PIB brasileiro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Abriga 50% da mancha urbanizada do estado. Ainda que sua consolidação tenha ocorrido mais recentemente, desde os anos 1990 a MMP tem sido objeto de estudos técnicos, elaborados principalmente pela Emplasa.

Na formulação da carteira de projetos foram definidos vetores territoriais de desenvolvimento concebidos como espaços de definição física precisa em que se desenvolvem dinâmicas urbanas de diferentes escalas.

Também foram considerados vetores sistêmicos definidos a partir da presença de conjuntos naturais ou técnicos: energia, recursos hídricos, meio ambiente, inovação tecnológica e qualificação profissional.

Dos vetores territoriais de desenvolvimento definidos no PAM, um deles corta o território da Região Metropolitana de Campinas - RMC, mais especificamente o Município de Sumaré, como o "**Vetor de Desenvolvimento Bandeirantes**: *vetor de expansão econômica no sentido do interior do estado, no eixo da Rodovia dos Bandeirantes. Tem início na saída de São Paulo, pelo entroncamento do Rodoanel ao norte, avança pelo trecho Jundiaí e Campinas, que já se conforma como um grande polo econômico, e continua no sentido de Piracicaba/Rio Claro, passando por Sumaré, Nova Odessa, Americana e Limeira*".

Para o desenvolvimento dos vetores que influenciam diretamente o território da RMC foram definidos os principais conjuntos de projetos estratégicos:

I. Vetor de Desenvolvimento Bandeirantes;

II. Trem Regional Jundiaí-Campinas, com previsão de acesso ao Aeroporto de Viracopos;

III. Implantação de nova malha de trens de cargas;

IV. Monitoramento informatizado da logística de carga rodoviária no sistema Anhanguera-Bandeirantes;

V. Articulação da nova malha ferroviária com a hidrovía Tietê-Paraná e o porto Ártemis;

VI. Ampliação, recuperação e modernização da malha rodoviária (DER/Dersa) nas estradas estaduais (vicinais);

VII. Orientação para as políticas de uso e ocupação do solo dos municípios desse vetor.

VIII. Vetor de Desenvolvimento Perimetral da Macrometrópole;

IX. Contorno norte de Campinas, ligando as Rodovias Dom Pedro I, Anhanguera e SP304;

X. Duplicação da SP 324, da Rodovia Anhanguera até Viracopos;

XI. Plataforma logística remota de Campinas (rodovia/ferrovia/aeroporto);

XII. Expansão do Aeroporto de Viracopos;

XIII. Terminal Integrado de Carga e Passageiros de Viracopos (TICPV), dotado de integração com o trem regional;

XIV. Trem regional (de passageiros) Sorocaba – Campinas – 2040;

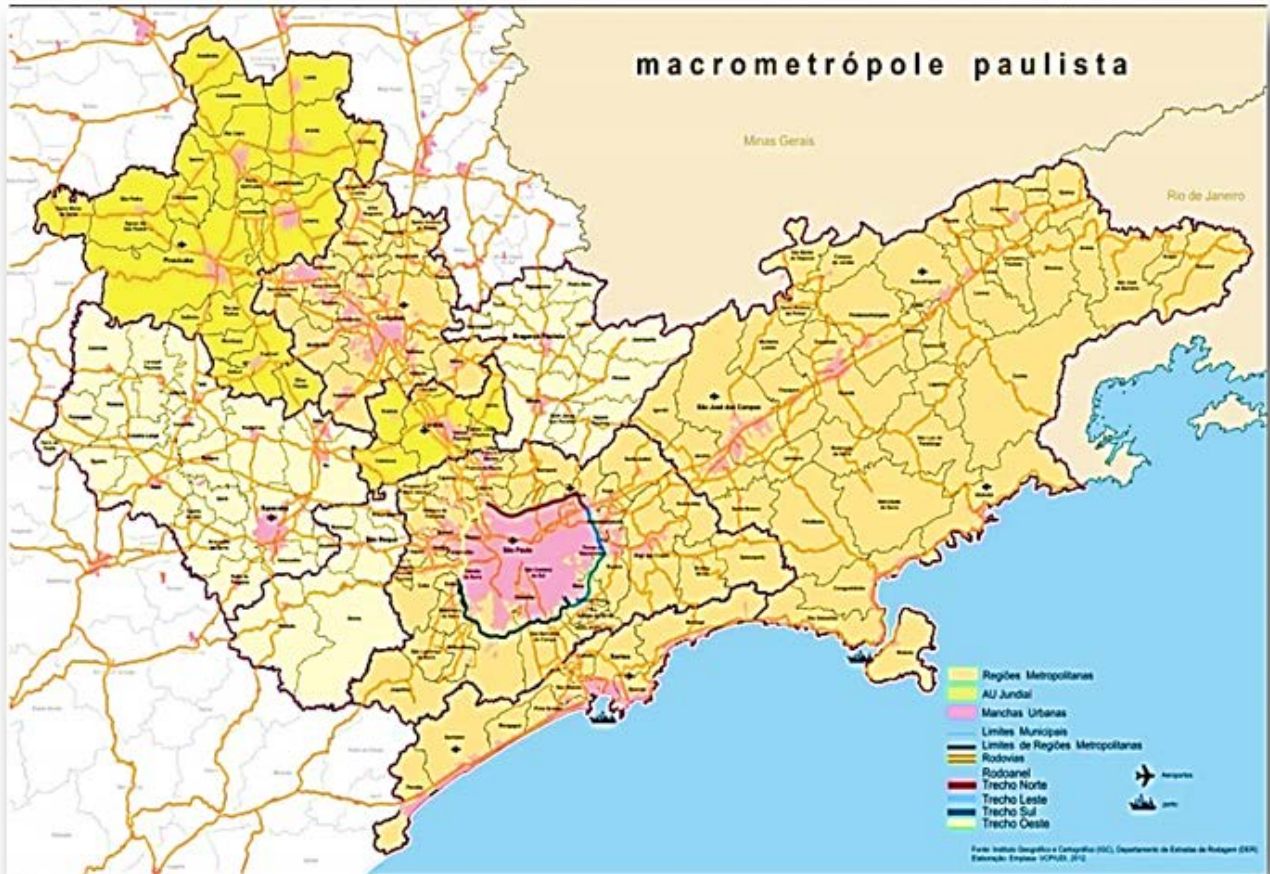
XV. Implantação do trem de alta velocidade (TAV): Rio de Janeiro, São José dos Campos, São Paulo, Campinas.

Nota-se que o Vetor Anhanguera está descartado, pois estará colapsado no prazo máximo de 05 anos a partir de 2018, o que já está sendo previsto pelo governo estadual.

O mesmo vem envidando esforços para já estar oferecendo alternativas para essa situação caótica.

No Mapa abaixo podemos entender novamente a localização da macrometrópole paulista.

Macrometrópole Paulista



A Macrometrópole, formada por 173 municípios, tem o território equivalente ao da Eslováquia. Sua população corresponde a de países como o Canadá e possui um PIB próximo ao da Suíça, 18ª economia.

Fonte: EMPLASA

Outra situação favorável ao desenvolvimento sustentável é o estudo efetuado pelo Ministério da Defesa, através da Secretaria de Aviação Civil - SAC-PR, onde estão elencados os principais municípios que não possuem aeroporto com oferta de voos regulares e que possuem movimentação, saídas e chegadas de passageiros, capaz de fornecer passageiros suficientes para ocupar dois movimentos (pouso e decolagem) de uma aeronave de 114 assentos, com um índice de 85%, 70% e 50% de ocupação, todos os dias do ano.

Sumaré está enquadrada nos três quesitos de percentuais de ocupação conforme tabela abaixo, elaborada em ordem alfabética por estado.

MUNICÍPIOS COM MERCADO POTENCIAL PARA VALIDAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE AEROPORTO

MUNICÍPIO	85%	70%	50%
Embu das Artes - SP			
Franca - SP			
Guarujá - SP			
Indaiatuba - SP			
Itapeperica da Serra - SP			
Itaquaquecetuba - SP			
Itu - SP			
Jacareí - SP			
Jundiaí - SP			
Limeira - SP			
Mauá - SP			
Mogi das Cruzes - SP			
Osasco - SP			
Paulínia - SP			
Pindamonhangaba - SP			
Piracicaba - SP			
Praia Grande - SP			
Rio Claro - SP			
Salto - SP			
Santana de Parnaíba - SP			
Santo André - SP			
Santos - SP			
São Bernardo do Campo - SP			
São Caetano do Sul - SP			
São Carlos - SP			
São Pedro - SP			
São Vicente - SP			
Sorocaba - SP			
Sumaré - SP			
Suzano - SP			
Taboão da Serra - SP			
Taubaté - SP			
Valinhos - SP			
Vinhedo - SP			
Jacobina - BA			
Aracati - CE			
Crato - CE			
Jijoca de Jericoacoara - CE			
Aparecida de Goiânia - GO			
Ouro Branco - MG			
Santa Luzia - MG			
Vespasiano - MG			
Cáceres - MT			

Fonte: MD-SAC/PR

Ao longo do estudo do Diagnóstico do Município de Sumaré pudemos constatar as inúmeras disparidades socioeconômicas, ambientais e físicas da estrutura espacial da cidade. Porém as questões mais profundas se deram na falta de concepção urbanística do planejamento que não direcionou corretamente o crescimento ordenado para uma qualidade de vida de sua população.

Essa discrepância, aliada aos diversos fatores atemporais como o crescimento desordenado da década de 70 e 80, o boom industrial na RMC nestas mesmas épocas, a falta da política correta de uso e ocupação do solo, a espoliação imobiliária consistente, as massas imigratórias e migratórias ainda em atuação excessiva, enfim umas diversidades de fatores considerados “comuns”, para a maioria da tipologia do desenvolvimento urbano brasileiro, aconteceram em Sumaré, como na maioria das cidades do país.

O maior exemplo dessa tipologia é a própria cidade de São Paulo, a maior metrópole da América Latina, considerada junto com a Metrópole Carioca uma das maiores do mundo, a exemplo de Nova York, Londres, Paris e Tóquio. Ou seja, a pujança do crescimento de São Paulo, representado pela concentração, sem paralelo no país, dos meios de produção, dos serviços, do capital, da riqueza, vai de par com a pobreza.

O desenvolvimento paulistano, examinado à luz das condições de vida dos habitantes traduz-se num elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos.³

Entretanto analisando-se todo o processo do desenvolvimento sumareense podemos dizer que, embora com baixa articulação em nível de ordenamento territorial, ainda pode contar com uma oportunidade de minimizar as diferenças, ampliar o escopo econômico e crescer com igualdade e sustentabilidade.

As potencialidades da cidade, como vistas anteriormente, são maiores que os desafios, pois ainda restam muitas ações que poderão equilibrar as diferenças e utilizar o grande aspecto socioeconômico que a cidade dispõe.

A seguir o PDDS resume as suas ações e nos quadros em anexo estão subdivididos por setores os projetos e programas a serem executados a curto, médio e longo prazo.

II. Objetivos Específicos do PDDS

1) Promover uma cidade sustentável

Entende-se por sustentável o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. A concepção de sustentabilidade pressupõe uma relação equilibrada com a totalidade do ambiente compreendendo não apenas o ambiente natural, mas a forma como se dão as relações humanas, o que envolve as formas de produção e de consumo de toda sorte, bens de consumo individual e de consumo coletivo.

Dessa forma, para promover uma Cidade Sustentável, é preciso buscar o desenvolvimento socioeconômico de forma justa e equilibrada, promovendo a proteção, conservação e preservação dos recursos naturais bem como a utilização racional dos mesmos. Deve-se incentivar a manutenção dos serviços ecossistêmicos, em especial a produção de água e a conservação de áreas verdes urbanas e rurais.

Para isso serão incentivados vários conceitos de sistemas sustentáveis como:

1. Crescimento Verde: cujo conceito prevê a mudança dos padrões do crescimento econômico, a favor de um crescimento menos agressivo e a favor do meio ambiente.

Ou seja, significa promover o crescimento econômico e o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que garante que os recursos naturais continuem a fornecer os recursos e serviços ambientais dos quais depende o nosso bem-estar.

2. Economia Verde: Economia que resulta em melhoria do bem-estar da população e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica. Ou seja, é baseada no crescimento da renda e do emprego, impulsionados pelos investimentos públicos e privados, que reduzem a poluição em geral, aumentam a eficiência energética e os recursos naturais, e, previnem a perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

³ São Paulo- Crescimento e Pobreza – Diversos autores

3. **Crescimento Inteligente:** Alcançando o desenvolvimento através do encorajamento das pessoas para estudarem, terem mais cultura e aprimorarem suas capacidades; implementar a excelência acadêmica e suas performances nas universidades; criação de produtos e serviços que gerem crescimento e empregos e ajude nos vários desafios sociais; difundindo as tecnologias das informações e das comunicações e da inovatividade. Ou seja, melhorar, em todos os parâmetros a educação, os centros tecnológicos de inovação e sociedade digital. Também o "smart growth", que é defendido por muitos urbanistas internacionais e, se baseia, em uma série de princípios, entre eles:

1. O uso misto do solo urbano, ou seja, bairros que não sejam somente residenciais, mas que mesclam moradia, comércio, serviços e outros usos compatíveis.
2. Promoção do adensamento demográfico, de forma a aproximar locais de atividades cotidianas e criar ruas com maior vida urbana.
3. Diversificação dos modelos e padrões de moradia, como forma de estimular a mescla de diferentes tipos de pessoas, arranjos familiares e renda.
4. Assegurar a variedade de opções de transporte, principalmente ofertando transporte coletivo e modos de deslocamentos não motorizados (bicicleta e caminhada), criando uma rede de vizinhanças caminháveis, apropriada para o caminhar relacionado com a fluidez do deslocamento a pé, nas calçadas e nas travessias denominada de "walkability".
5. Estimular à criação de um sentimento de identidade da comunidade local, potencializando as particularidades locais.
6. Estimular o engajamento dos cidadãos e a participação dos mesmos nas decisões que envolvam o bairro e a cidade.
7. Incentivo do crescimento em áreas urbanas já existentes e providas de infraestrutura.
8. Valorização das "construções verdes" por meio de projetos eficientes, otimização da luz solar e ventilação natural, uso de materiais de construção sustentáveis, reuso da água.
9. Reocupação e requalificação das áreas urbanas já providas de infraestrutura que se encontrem abandonadas ou degradadas.
10. Preservação dos espaços abertos, fazendas, belezas naturais e áreas críticas de desenvolvimento.
11. Otimização de áreas com potencialidade de geração de renda com contrapartidas.

4. **Crescimento Inclusivo:** Prevendo o crescimento de oportunidades através de ampliação de trabalhos de melhor qualidade, especialmente para mulheres, jovens, pessoas com deficiência e idosos, e ajudando as pessoas de todas as idades a gerenciar suas habilidades através de treinamento e qualificação. Também envolve a modernização dos mercados de trabalho e sistemas de benefícios integrativos e equilibrados.

5. **Bio-economia:** Economia sustentável que reúne todos os setores da economia que utilizam recursos biológicos, destinado a oferecer soluções coerentes e eficazes para os grandes desafios como mudanças climáticas, substituição de recursos fósseis, segurança alimentar e saúde da população. Depende de pesquisas em biociências, tecnologias da informação, robótica e materiais, transformando conhecimento e novas tecnologias a favor da inovação para a indústria e sociedade.

6.



Conectando uma rede de atores para a promoção do crescimento sustentável

2) Promover uma cidade resiliente e inclusiva

Entende-se por resiliência a capacidade de lidar com eventos perigosos respondendo ou se reorganizando de forma a manter sua função, identidade e estrutura essenciais, ao mesmo tempo em que mantém sua capacidade de adaptação, aprendizado e transformação.

Para a promoção de uma Cidade Resiliente e Inclusiva, deve-se aumentar a capacidade de resistir, absorver, adaptar, transformar e se recuperar dos efeitos de um perigo, de forma antecipada e eficiente, incluindo a preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais. É necessário analisar as condições do habitat, com especial ênfase às condições da precariedade habitacional, da carência de infraestrutura e às condições de segregação social e territorial associadas às condições de pobreza.

Considerando os riscos ambientais existentes no Município de Sumaré, conforme apontado no Diagnóstico, é fundamental que se promova a redução da segregação sócio espacial no território urbano, através de políticas integradas que contemplem as demandas sociais, habitacionais, de mobilidade, o processo migratório e imigratório intrarregional e a gestão dos riscos ambientais.

3) Promover uma cidade inovadora e competitiva

Entende-se por Competitividade a capacidade de se estabelecer condições que melhorem a atratividade da produção regional aos mercados internos e externos, estimulando potenciais existentes e equilibrando desigualdades internas.

Regiões competitivas devem ter a capacidade de criar um ambiente favorável à instalação de empresas e indústrias para criar empregos, aumentar a produtividade e a renda dos cidadãos. A inovação é entendida como a produção e transformação do território urbano buscando um modelo que atenda aos desafios da sociedade do conhecimento⁴.

Dessa forma, para promoção de uma Cidade Inovadora e Competitiva é necessário atrair e manter atividades produtivas dentro do território municipal, potencializando o seu capital territorial e suas complementaridades funcionais, gerando transformações urbanas que elevem a qualidade do território, estimulando tecnologias urbanas e processos produtivos eficientes com redução de impactos ambientais.

4) Promover uma cidade territorialmente coesa

Entende-se por coesão territorial a articulação e integração das políticas territoriais do município para promover o equilíbrio regional das suas funções. Para promover uma Cidade territorialmente coesa é necessário buscar o incremento das conexões territoriais, a melhoria da distribuição dos equipamentos e serviços públicos e o fortalecimento da percepção do território municipal.

A urbanização compacta é também fator que promove a coesão territorial, uma vez que incentiva maiores densidades populacionais e construtivas em áreas dotadas de infraestrutura e serviços e a diminuição das distâncias entre locais de moradia, de trabalho e de consumo. Porém a extensão territorial deverá ser estendida para a necessária reorganização socioeconômica tão necessária para alcançar a igualdade de renda.

⁴ Conforme projetos de destaque em inovação, como por exemplo @22 em Barcelona e Porto Digital de Recife, que priorizam a transformação urbana visando elevar a qualidade desta para trabalhar, viver e aprender.

III. Diretrizes de Modelo Espacial

Os quatro grandes objetivos específicos pretendidos para a transformação da cidade de Sumaré, descritos acima, são amplos e aplicáveis a todo o território, e devem ser entendidos de forma integrada e transversal. Diante desta referência geral, foi necessário estabelecer diretrizes que expressem como atingir tais objetivos, e promovam ações mais direcionadas sobre a sua espacialidade.

Dessa forma, para cada elemento do ordenamento territorial, que será apresentado a seguir, propõe-se o rebatimento dessas diretrizes, que vão orientar a revisão da legislação de uso e ocupação do solo. A tabela das Propostas apresentada no Volume V, apresenta um exemplo de como as diretrizes serão articuladas com as estruturas e os objetivos do ordenamento territorial no PDDS.

Abaixo alinhamos a proposta da regulação do solo, com suas diretrizes espaciais.

1. REORDENAMENTO TERRITORIAL

A estratégia para o Reordenamento Territorial do Município de Sumaré - na perspectiva de observar de maneira integrada os objetivos táticos e os objetivos gerais do PDDS, e seguir a orientação dos objetivos específicos para os territórios já definidos - propõe uma estrutura em três diferentes níveis de orientação:

1.1. Reorganização do solo urbano através do Macrozoneamento

O Macrozoneamento identifica os principais propósitos do PDDS no que se refere à preservação ambiental, à ocupação urbana controlada e ao uso rural e interesse econômico, e deve ser o referencial para pactuação de um padrão de uso e ocupação do solo, a partir de uma visão integrada do território.

As macrozonas são grandes porções do território municipal, contínuas ou não, para as quais se pretendem funções semelhantes e que devem receber as mesmas diretrizes de ocupação. Reconhecem as informações territoriais legais existentes e consolidam sua função predominante: urbana, rural e ambiental, entendendo que o papel desta última é prioritário sobre as demais.

Cada macrozona deverá estabelecer as diretrizes gerais para o alinhamento da política do parcelamento, uso e ocupação do solo. Além de reconhecer os usos já existentes no território, orientam a urbanização, por meio de diretrizes que estimulam o controle da expansão urbana periférica e a intensificação do adensamento urbano e do desenvolvimento econômico nas áreas apropriadas, além da previsão de expansão para a transformação socioeconômica necessária, visando à configuração de uma Cidade Sustentável, Inclusiva, Competitiva e Territorialmente Coesa.

a) Dos Territórios de Qualificação: O Território de Qualificação Urbana, situada integralmente na Zona Urbana, apresenta grande diversidade de padrões de uso e ocupação do solo, desigualdade socioespacial, padrões diferenciados de urbanização e abriga usos e atividades urbanas substancialmente matizadas. Caracterizado por um padrão elevado de urbanização, forte saturação viária e elevada concentração de indústrias diversificadas; formada pelas zonas mistas e assentamentos precários, que sofreram um forte processo de conversão e atração de usos não residenciais, sobretudo serviços e comércio. Propõe diretrizes estruturais orientadas para o maior aproveitamento da terra urbana com o aumento nas densidades construtiva e demográfica sustentável e implantação de novas atividades econômicas de abrangência metropolitana, para geração de emprego local, reforçando e incentivando a fixação do morador em seu local de trabalho, atendendo a critérios de sustentabilidade e garantindo a proteção do patrimônio ambiental. Propõe a manutenção da população moradora, inclusive através da promoção da urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares ocupados pela população de baixa renda com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas e/ou programas de relocação; visa o incremento e qualificação da oferta de diferentes sistemas de transporte coletivo, articulando-os aos modos

não motorizados de transporte e promovendo melhorias na qualidade urbana e ambiental do entorno; e, tem como premissa, a regulação da produção imobiliária para captura, pela municipalidade, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos, para financiamento de melhorias e benefícios, em especial aplicação de contrapartidas em habitações de interesse social nos territórios de qualificação.

O território de qualificação contém as seguintes macrozonas:

- I. Macrozona de Estruturação Urbana Prioritária – MEUP e
- II. Macrozona de Estruturação Urbana Consolidada – MEUC.

b) Dos Territórios de Transformação: Áreas em que se objetiva a promoção da diversificação de usos com o adensamento populacional moderado, potencial de desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, assim como atividades industriais não incômodas, diversificação de atividades econômicas e serviços públicos com qualificação paisagística de forma a adequar o uso do solo à oferta de transporte público coletivo, além de organizar e utilizar de forma adequada o solo municipal com vistas a compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental do Município, visando a instalação de modelo sustentável.

O território de transformação contém as seguintes macrozonas:

- I. Macrozona de Relevância Ambiental - MRA;
- II. Macrozona Dirigida de Desenvolvimento Sustentável – MDDS;
- III. Macrozona de Desenvolvimento Ordenado – MDO;
- IV. Macrozona de Amortecimento de Conturbação – MAC e
- V. Macrozona Rural de Interesse Turístico - MRIT.

1.2. Áreas Estratégicas de Desenvolvimento Economicamente Sustentável

As Áreas Estratégicas de Desenvolvimento Economicamente Sustentável indicam, nos Territórios de Transformações, áreas que integram regiões de interesse comum, estratégicas por suas potencialidades a desenvolver ou desafios a enfrentar. São áreas precursoras da transformação socioeconômica, para as quais se pretende indicar políticas públicas e diretrizes de ocupação mais específicas.

Essas áreas são parcelas preferenciais para o desenvolvimento das atividades industriais de alta tecnologia e de serviços de grande porte, instalações de logística e outras estruturas econômicas de maior vulto; além de desenvolvimento de empreendimentos imobiliários de alto padrão e, são compostas pelas áreas com potencial para tal. As duas principais características buscadas para a demarcação dessas áreas são a disponibilidade de terras e o acesso ao sistema viário principal da região.

A acessibilidade, a disponibilidade e o valor da terra estão entre os elementos balizadores das decisões locais, em especial, da indústria. A indisponibilidade ou a disputa dessas áreas com usos concorrentes, e o conseqüente incremento do preço da terra, diminuem a atratividade da região para esse tipo de investimento. Por isso terá um zoneamento distinto e rigoroso, prevendo adensamentos brandos e contingenciados aos aspectos ambientais.

Atualmente, o perímetro urbano perfaz uma área de 75,77 km², correspondendo a 49,37% da área total do município, enquanto que a zona rural corresponde a 50,63%, indicando que a maior proporção territorial está na zona rural.

Entretanto este diagnóstico relatou a ocupação das terras rurais com a maior parte improdutiva ou somente com plantio de cana de açúcar e soja e, muito mais grave é o surgimento de inúmeras ocupações clandestinas. Por isso o controle e a regularização do solo são de máxima importância para se manter uma boa qualidade territorial para o desenvolvimento sustentável.

É importante identificar também que a lei de expansão urbana, instrumento de controle urbano, foi alterada ao longo do tempo, de acordo com várias legislações, sendo a última datada de 2011 e quando necessário se faz adaptá-la a atual situação e prever instrumentos para a sua segurança legal.

1.3. Estudos e propostas para a Ocupação dos Vazios Urbanos

Segundo os cálculos de demanda futura do PLHIS (2009)⁵, Sumaré tende a crescer, até 2021, em aproximadamente 58.373 domicílios, (62,06%), ou 233.492 pessoas. De um total previsto de 152.433 domicílios, estima-se ainda que 29.809 domicílios tenham renda familiar de até 03 (três) salários mínimos.

Em uma projeção máxima este crescimento refletirá na necessidade das seguintes expansões da ocupação urbana e de infraestruturas:

- I. Habitação: 14.593.250m² (lotes de 250m²)
- II. Viário: 3.648.312,50m² (15% da área prevista para os novos parcelamentos do solo)
- III. Áreas verdes: 4.864.416,67m² (15% da área prevista para os novos parcelamentos do solo)
- IV. Áreas Institucionais: 1.216.104 (5% da área prevista para os novos parcelamentos do solo)
- V. Abastecimento de água: 46.698.400 litros/dia (200L/pessoa/dia)
- VI. Coleta e tratamento de esgoto: 100% litros/dia (100% da água utilizada)

A soma da quantidade de área necessária para as destinações acima apresentadas atinge um total de 24.292.083,17m².

Em 2016, de acordo com os estudos do Plano Diretor, existiam aproximadamente 11.632.575,14 de metros quadrados em áreas e terrenos vazios. Se subtrairmos destas a área total dos empreendimentos aprovados, em aprovação e com viabilidades a partir de 2016 até 2019, além de pedidos de empreendimentos em andamento (sem viabilidade) que totalizam cerca de 3.706.388,31 m², teríamos ainda, segundo as projeções mencionadas, a necessidade de expansão da área urbana em mais de 16.365.896,34 m².

Em um cenário conservador, acredita-se que muitos dos vazios urbanos ainda não terão sido ocupados até 2039, por questões jurídicas, financeiras e pelo contexto político local. Além disso, o cálculo acima apresentado somente expôs as necessidades de áreas e infraestrutura destinadas às habitações e suas complementaridades e com previsão para 2021.

E, foram inclusos ainda neste cálculo a remoção e reassentamento de famílias situadas em 79 ocupações e áreas de risco. Portanto, esses vazios urbanos não serão suficientes para atender a essa demanda, tendo sido indicadas também neste Plano Diretor algumas áreas não ocupadas para serem classificadas como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS.

Diante da atual tendência de crescimento econômico e do avanço do setor industrial e de serviços, teríamos a necessidade de uma expansão urbana ainda maior voltadas para a indústria e serviços.

Os levantamentos das necessidades futuras de áreas para os usos industrial, de comércio e de serviços são muito difíceis de serem calculados, uma vez que dependem de um contexto temporal muito curto, resultante de influências extramunicipais muito fortes e de variáveis de áreas muito diversas (não se sabe ao certo, por exemplo, se as indústrias interessadas em se instalar em Sumaré serão de grande, médio ou pequeno porte).

Para estes casos, a solução para o cálculo da área necessária para a expansão da indústria, do comércio e de serviços sobre as cidades depende fundamentalmente de uma compatibilização dos dados populacionais com a quantidade de empregos necessários a atender esta população, somados a um estudo da morfologia do território que aponte os limites das áreas em que são cabíveis os respectivos usos e a conexão destas áreas com as estruturas urbanas já implantadas.

⁵ Plano Habitacional de Interesse Social de Sumaré

Portanto nesse cenário passamos a classificar a tipologia dos vazios urbanos e, por consequência, como deverá ser, a utilização dos instrumentos da Política Urbana consignados no Estatuto da Cidade, (Lei Federal 10.257/01) nesta tipologia, para provocar o adensamento construtivo e sustentável.

O Estatuto da Cidade oferece diretrizes gerais para fixação da política urbana e, também, instrumentos capazes de garantir o atendimento dessas postulações, condicionando o exercício do direito de propriedade, bem como elegendo institutos jurídicos e administrativos facilitadores da ação estatal em matéria de urbanismo. É assim denominado por refletir um conjunto de regras jurídicas que condicionam e pontuam a atividade urbanística, criando verdadeiro pacto entre governos e suas Administrações, a população e a própria cidade. Segundo o Art. 1º, suas normas são de ordem pública, significando dizer que são de aplicação imediata e que não comportam derrogação primária de seus postulados (DALLARI e FERRAZ, 2010)⁶.

Ao estabelecer normas de ordem pública e interesse social para regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, assim como o equilíbrio ambiental, o Estatuto das Cidades inaugurou uma série de novos mecanismos que, combinados com o Plano Diretor das cidades dão suporte a uma nova ordem urbanística. Técnicas tradicionais de planejamento urbano como implantação de taxas de ocupação, zoneamento, recuos, dentre outras, podem ser trabalhadas conjuntamente com institutos jurídicos, tais como a outorga onerosa do direito de construir, direito de superfície, direito de preempção e as operações urbanas consorciadas (FARIAS, 2011)⁷.

2. VETORES DE CRESCIMENTO

Conforme dados da demanda demográfica futura, em um horizonte de 20 anos, Sumaré necessitaria da expansão urbana de aproximadamente 16.365.896,34 m² de área para o suprimento da demanda por habitação, sem contar as demandas por atividades comerciais, industriais, de serviços e de reservas naturais.

Neste sentido, torna-se necessário expandir o perímetro urbano que, no caso de Sumaré, só é possível em direção Sul, Sudoeste e Oeste do município, regiões estas hoje definidas como Zona Rural. Estas seriam as primeiras condicionantes na definição dos vetores de crescimento.

Avaliando os polos estratégicos de desenvolvimento urbano, Unicamp/CIATEC e Aeroporto Internacional de Viracopos, é possível supor futura necessidade de expansão em seus entornos, para suprir demandas específicas destes polos. Considerando a existência de estoque de áreas não utilizadas, conforme acima indicadas, entendemos que a ampliação do perímetro urbano deverá ocorrer em conjunto com o esgotamento das áreas disponíveis e mediante a utilização dos instrumentos fiscais do Estatuto da Cidade, como por exemplo, pagamento de outorga onerosa de mudança de uso, além de atendidas as exigências técnicas e legais, especialmente as contidas no Artigo 42 B do Estatuto da Cidade.

De acordo com os outros princípios norteadores deste Plano Diretor, em especial em relação à questão do desenvolvimento sustentável, que preconiza a racionalização das infraestruturas urbanas e equipamentos públicos e a preservação ambiental, faz-se premente a orientação das políticas de desenvolvimento urbano para a utilização dos vazios urbanos, com a utilização dos imóveis ociosos através do cumprimento da função social da propriedade. Propor grandes densidades como se pressupõe a cidade compacta, não requer transformar cidades inteiras em corredores de altos prédios. Porém, locais de grande e organizado fluxo de transporte coletivo e que disponibilizem serviços básicos a pequenas distâncias devem ser mais

⁶ DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Coord.). Estatuto da Cidade (Comentários à Lei Federal 10.257/2001. 3. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

⁷ FARIAS, Vanderlei de Oliveira; GOMES, Daniela; MUSSI, Andréa Quadrado (Org.). Estatuto da cidade: os desafios da cidade justa. Passo Fundo: Ed. IMED. 2011.

densos e, portanto, com maiores alturas. A questão-chave nas cidades está em se certificar de que elas não sejam tão verticais, e nem tão horizontais, que se estiquem e espalhem em extensão, mesclando usos de formas coordenadas.

Outros fatores e as demais condicionantes, conforme apontados nos diagnósticos socioeconômico e urbanístico impulsionam o crescimento da malha urbana no sentido da Rodovia dos Bandeirantes, tendo como eixo central a Estrada Municipal Norma Marson Biondo – SMR 040 e a Estrada Municipal Luiz Fernandes Breda – SMR 030. Estas estradas são as principais possibilidades de conexão de Sumaré com Monte Mor e se encontram no entroncamento com a Rodovia dos Bandeirantes, com a infraestrutura já instalada de um trevo que liga esses dois viários. Esta situação pré-existente facilita o desenvolvimento de novos empreendimentos urbanísticos, reforçando esta região como o vetor de crescimento da cidade.

2.1. Áreas de Intervenção Imediatas

As Áreas de Intervenções Imediatas estão definidas para a Qualificação Urbana e têm a função de identificar as áreas mais vulneráveis sócio territoriais no Município. São áreas parcialmente ocupadas por assentamentos irregulares, que apresentam tipos de precariedades territoriais e sanitárias e déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. Os processos de melhoria das condições socioambientais e de regularização fundiária e urbanística, respeitando as legislações vigentes, serão estimuladas pela Governança nas três esferas, ou seja, municipal, estadual e federal.

Essas áreas apontam os territórios que deverão contar com políticas públicas voltadas para implantação de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços sociais que facilitem a integração desses assentamentos às áreas urbanas formais e mais qualificadas existentes no seu entorno. Apesar de representarem um desafio e necessitarem de estudos em uma escala local mais apropriada, para correta identificação de suas demandas, as mesmas receberão projetos e programas intersetoriais e/ou interfederativos, sujeitos a controles especiais, que necessitam de intervenções imediatistas.

Características do Ordenamento Territorial proposto para o Município

ESCALA	FUNÇÃO	DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO	FORMA DE REVISÃO	ACOMPANHAMENTO	PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS
Macrozonas	Rever o macrozoneamento atual	PDDS estabelece as definições e delimitações	Revisão PDDS	Conselhos Municipais e Sociedade Civil	Prefeitura e Sociedade Civil
Áreas estratégicas de desenvolvimento econômico sustentável	Indicar potencialidades ou desafios a enfrentar	PDDS estabelece as definições e delimitações	Conforme atualização de dados	Conselhos Municipais e Sociedade Civil	Prefeitura e Sociedade Civil
Áreas de Intervenções Imediatas	Intervir em áreas específicas com políticas integradas	PDDS estabelece as definições e delimitações	Conforme atualização de dados	Conselhos Municipais e Sociedade Civil	Prefeitura, Sociedade Civil, Governos Federais, Estaduais e Empresas Privadas

3. LEITURA COMUNITÁRIA

A Leitura Comunitária é parte fundamental do processo de construção dos Planos Diretores, como preconiza a Lei 10.257/01. Todo o processo de discussão foi efetuado através das reuniões com diversos setores da Comunidade, ocorridas desde o início de janeiro de 2019, além de inúmeras reuniões realizadas com representantes da sociedade civil e setores técnicos da Prefeitura durante a Fase de elaboração do diagnóstico do Plano Diretor de Sumaré, denominada Leitura Comunitária. O principal objetivo dessa leitura foi identificar os principais desafios da temática, debater soluções para quebra de paradigmas e propor diretrizes para a construção dos novos rumos.

Com o foco no objetivo principal, delineou-se uma metodologia, onde foi implantada uma dinâmica de atividades, que com o limitador de tempo (2h30min – duas horas e meia – de trabalho por reunião, no mínimo) e de número de participantes (entre 60 pessoas), pudesse trazer um resultado claro e objetivo. Desta forma, algumas premissas foram determinadas:

- Permitir que as partes envolvidas participassem ativamente no processo, mas de forma ordenada;
- Permitir uma comunicação entre os envolvidos, inclusive no planejamento das atividades, em momentos de ajustes ou adaptações ou dúvidas na metodologia da dinâmica (todos possam contribuir para que as atividades ocorram de forma plena);
- Determinar responsabilidades;
 - Estabelecer tempos de participação (controle nos tempos de falas);
- Não utilizar o espaço como palanque “político”;
- Ser objetivo e realista nas proposições e atitudes a serem encaminhadas;
- Dividir em grupos de trabalho, mas que estes pudessem em algum momento conciliar e harmonizar as questões debatidas de forma conjunta;
- Tentar definir prioridades nos assuntos debatidos;
- A equipe de apoio não interferir nos conteúdos debatidos, mas instigar o debate entre os membros de forma proveitosa;
- Trabalhar de forma visual.

No total foram efetuadas 63 reuniões na sede da SEPLAN e em diversos outros locais, relacionados com as entidades consultadas, como por exemplo: ACIAS – Associação Comercial de Sumaré: reunião sobre desenvolvimento econômico e emprego; Representantes dos diversos agentes culturais para discussão das políticas municipais de cultura e assim por diante, contando cada reunião com diversos atores e número de participação.

Para que os participantes pudessem ter a todo o momento o entendimento visual do processo, foi utilizado o equipamento de “*data show*”, com os slides de explicação da programação, metodologia e conceitos, onde foi mostrada as informações coletadas nas reuniões técnicas.

As reuniões de forma interativa, focadas nas questões identificadas nas reuniões, foram conduzidas através da leitura do diagnóstico técnico – Leitura Técnica, com exemplos da situação atual, em linguagem acessível, com uso de materiais gráficos como tabelas, mapas, gráficos e similares, visando estimular a compreensão, a apropriação, a interação, a capacitação e o debate comunitário. Logo no início, o programa do dia de trabalho foi apresentado pelo coordenador do plano – Secretário da SEPLAN e pelo grupo técnico, como mostra tabela abaixo:

Tabela 259 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES SEGUIDAS

ATIVIDADE	COMEÇO (hs)	FIM (hs)
Apresentação/Abertura	08:30	08:45
Explicação da Dinâmica	08:45	09:00
Exibição de Slide – Conteúdo PD	09:00	11:00
Prazo para perguntas e respostas	11:00	11:30
Fechamento/ Conclusão e encaminhamento	11:30	13:00

Fonte: SEPLAN

A seguir tem-se a explicação de cada uma das atividades:

1. Apresentação/abertura: nesta etapa, a equipe da SEPLAN contextualizou todo o processo de elaboração do PDDS, além das informações técnicas do Diagnóstico da Realidade do Município, buscando-se um nivelamento das informações e histórico do processo até então.

2. Explicação da Dinâmica da reunião e explicação do Acordo de Convivência, abaixo descrito:

“Em todo início de processo de mobilização é importante fechar com os participantes algumas regras de convivência para que as reuniões funcionem bem.

- Cada um deve falar de uma vez
- Abrir espaço para todos darem sua opinião
- Desligar o celular
- Não fumar
- Chegar no horário combinado.

Portanto, em todo o início de reunião o acordo foi apresentado. Quando alguma regra era desrespeitada foi importante que os técnicos chamassem a atenção dos participantes e relembresse o acordo de convivência.”

3. Exibição de Slide – Conteúdo PD: com a apresentação visual da Problematização elencada, por tema, e, na sequência, os participantes puderam selecionar os temas de suas dúvidas.

4. Prazo para perguntas e respostas: cada participante elegeu um assunto para a discussão e debate o que foi bem conduzido, uma vez que todos os argumentos e fatos narrados pelos participantes da comunidade e das representações segmentais corroboraram o diagnóstico levantado pela Leitura Técnica.

5. Fechamento/Conclusão e encaminhamento: após a apresentação, a equipe da SEPLAN fez um fechamento e uma rápida avaliação do dia de trabalho, reforçando os encaminhamentos.

Todas as reuniões tiveram ata assinada dos participantes.

Os temas escolhidos pelos participantes e credibilizados pela equipe da SEPLAN foram os abaixo indicados:

- Promoção e Desenvolvimento Social
- Educação
- Meio Ambiente
- Cultura
- Esportes
- Habitação
- Segurança

- Turismo
- Saúde
- Transporte e Mobilidade
- Desenvolvimento Econômico

As principais questões que foram debatidas e trabalhadas durante a dinâmica foram três: a Problematização, as Propostas e Ações e a Priorização. Como pode ser isto na figura a seguir:

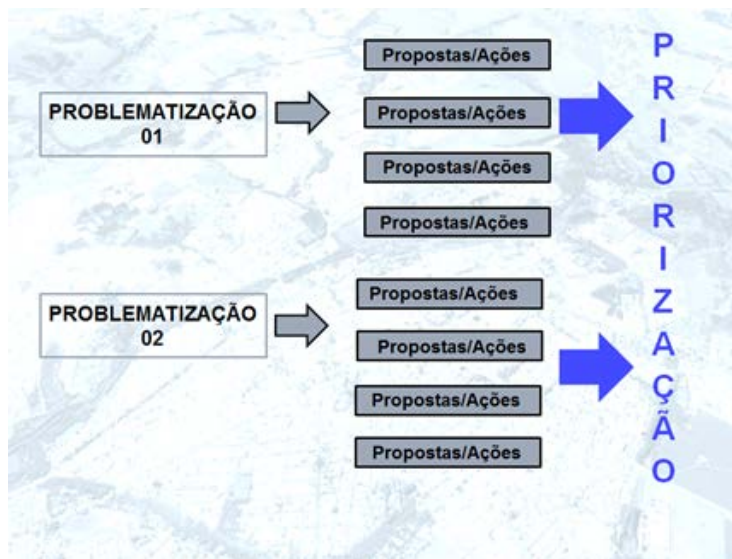


Figura 247- Esquema da Atividade

3.1. Problematização

Avaliação da realidade para elencar a problemática antes de se proceder a proposição de diretrizes ou ações. Entende-se que é uma pré-condição para que haja um ordenamento das proposições. Esta fase envolve a participação de todos os presentes, assegurando uma visão mais ampla do problema ou do tema.

Para esta fase, inicialmente pensou-se em já apresentar as problemáticas lançadas pela leitura técnica, mas posteriormente considerou-se que talvez ocorresse alguma indução e direcionamento, e que a discussão acabaria ficando presa somente a estas questões. A opção foi para que a discussão fosse livre e mais ampla.

As questões levantadas pela leitura técnica, apesar de já registradas e contempladas neste processo, não necessitando de mais reforços ou destaques, foram apresentadas de forma sucinta no início dos trabalhos da atividade. Nesta fase, estimulou-se a identificação dos problemas que o grupo reconheceu na realidade e achou ser importante para solucionar através de diretrizes e ações. Para esta análise pretendeu-se formular as questões, sempre que possível (pois o entendimento das problemáticas é diferente para muitos dos participantes) da seguinte maneira:

- a) Identificar os problemas principais no contexto do tema;
- b) Analisar a situação problemática na forma como percebem os envolvidos;
- c) Sempre que possível visualizar as relações causa-efeito do problema;
- d) Exemplificar, pelo menos na fala, alguma situação existente em relação ao problema;
- e) Comentar as inter-relações entre os problemas;
- f) Demonstrar que o objetivo de elencar os problemas foi para que se possa, na fase seguinte, mostrar e discutir os caminhos para solucionar os problemas;
- g) Formular, sempre que possível, os problemas de forma positiva;

- h) Elaborar só um problema por vez;
- i) Identificar problemas existentes e não problemas possíveis, imaginários ou futuros;
- j) Um problema não é a ausência de uma solução, mas sim um estado negativo existente (Expl.: Não há programas de limpeza e varrição periódica porque as ruas se encontram sujas).

Na figura abaixo se mostra como foi feita a atividade de problematização.

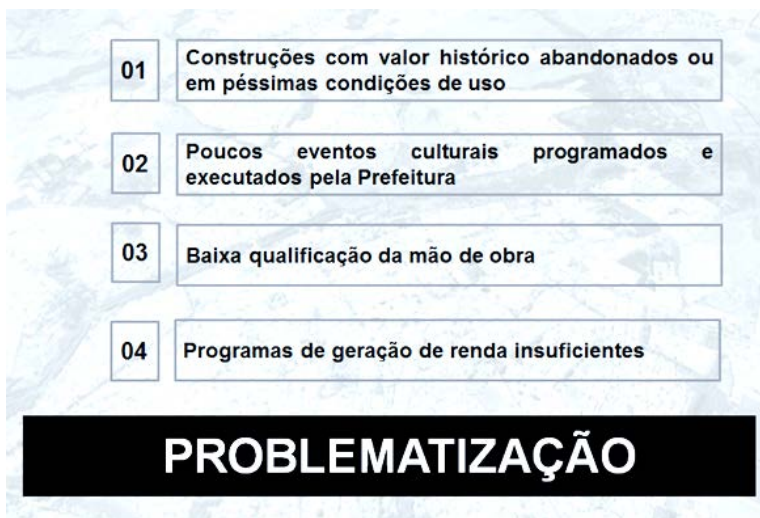


Figura 248 - Esquema da Problematização

3.2. Proposta de Propostas e Ações

Com base na avaliação da realidade com os problemas elencados, identificou-se a proposição de propostas ou ações. Entendeu-se que pudessem existir mais de uma alternativa como solução ou minimização do problema identificado para o tema. As propostas foram definidas e comparadas com os problemas, observando à temática e ao problema que vem a solucionar. Como mostra a figura a seguir:

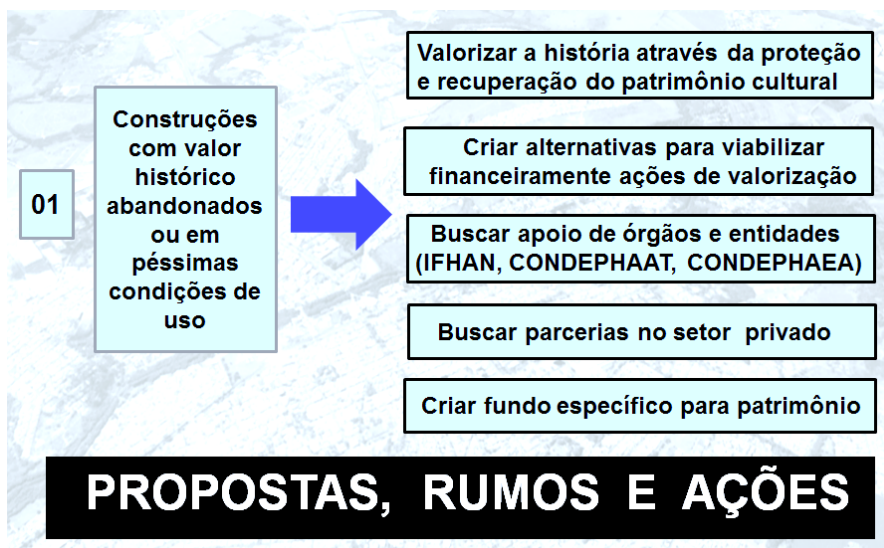


Figura 249 - Exemplo esquemático da fase de Propostas e Ações

3.3. Fase das Priorizações

Após apresentação das propostas pelos participantes e das sugestões de acréscimo de propostas, todos os participantes foram direcionados para que demonstrassem quais propostas deveriam ser os mais importantes ou prioritários para o planejamento de Sumaré.

Inicialmente sugeriu-se que a escolha ocorresse nas indicações dentre as sugestões de propostas de diretrizes ou ações que surgiram. A partir desta priorização, uma hierarquia de sugestões foi estabelecida, lembrando que nenhuma proposta foi descartada, apenas pesos diferentes foram utilizados para ser dados pelos participantes.

Também foram utilizados mapas das regiões para que cada participante pudesse entender a sua territorialidade, os seus problemas e suas potencialidades.

3.4. Tabelas das proposições - Quadro Resumo - Anexo III

Nas Tabelas constantes deste volume podemos verificar todas as reuniões realizadas com os devidos questionamentos e sugestões.

Também foram utilizadas todas as propostas e discussões realizadas durante o ano de 2016 com a população, através da Revisão do PD, em função do projeto de revisão àquela época realizada pela própria Prefeitura, através da SEPLAN e demais órgãos de assessoramento, com o intuito de comparar as diversas facetas dos participantes das reuniões.

Para a realização dessa etapa de participação popular e construção coletiva do desenvolvimento municipal foram escutadas a população em 11 temas: ação social, educação, cultura, transportes e trânsito, saúde, habitação, esportes, turismo, renda e trabalho, segurança e meio ambiente, agricultura e pecuária.

As tabelas demonstram as informações bem como as sugestões, em função das discussões efetuadas sobre a situação atual da cidade.

Outro fator relevante foi a implementação de material “Cartilha do Plano Diretor de Sumaré” nas escolas públicas municipais, como elemento de construção metodológica para o primeiro semestre.

O material teve o objetivo de levar para cada família do Município o tema “Plano Diretor – A cidade que queremos”.

Dessa maneira a participação popular foi bem maior do que poderíamos supor.

Foram distribuídas cerca de 2.850 cartilhas alcançando uma média de 11 mil pessoas.

A Secretaria de Educação finalizou os trabalhos com a publicação do livro “Sumaré - Cidade dos meus sonhos”, asseverando a temática do Plano Diretor enquanto processo indutor para se alcançar a cidade dos sonhos.

Abaixo seguem os dois modelos utilizados:





Atividade 6
Desenhe ou escreva como você gostaria que Sumaré fosse daqui a 10 anos.

*Gostaria que daqui 10 anos
o esgoto fosse 100%
tratado para não ser despe-
jado nos rios e córregos, para manter o ecossistema*

Atividade 7
Com a ajuda de seu(sua) professor(a) e seus colegas, elabore um convite para sua família participar das assembleias sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sumaré.

<i>Convite Para os habitantes de Sumaré</i>	<i>Convidamos a População de Sumaré para Participar da Próxima Assembleia sobre o plano diretor de desenvolvimento sustentável de Sumaré</i>	<i>HORA: 10:00 DIA: 30/06/2019 LOCAL: PREFEITURA</i>
---	--	--

aguardamos desde já.

Atividade 6
Desenhe ou escreva como você gostaria que Sumaré fosse daqui a 10 anos.

*EU QUERO AS ÁGUAS DOS RIOS LIMPAS QUE OS PEIXEZES NÃO MORRAM
FORA NOS RIOS QUE FOSSE TUDO TRANQUILO SEM BARULHOS NAS RUAS
UMA CIDADE TRANQUILA E LINDA, E TRANSPORTES DE QUALIDADE, MENOS VIOLÊNCIA.*

Atividade 7
Com a ajuda de seu(sua) professor(a) e seus colegas, elabore um convite para sua família participar das assembleias sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sumaré.

*CONVITE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ CONVIDA TODA POPULAÇÃO
A PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL PARA UM FUTURO DE
QUALIDADE.*

*DATA: 30/06/2019
HORÁRIO: 10:00
LOCAL: PREFEITURA*

*PREFEITO:
LUIZ ALFREDO DALBEN*



Atividade 6

Desenhe ou escreva como você gostaria que Sumaré fosse daqui a 10 anos.

DAQUI A 10 ANOS

EU

QUERO

100% DO
ESGOTO
TRATADO

RECUPERAÇÃO

DO
RIO

RIBEIRÃO QUILOMBO

Atividade 7

Com a ajuda de seu(sua) professor(a) e seus colegas, elabore um convite para sua família participar das assembleias sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sumaré.

CONVIDO TODA A MINHA FAMÍLIA PARA
PARTICIPAR DAS ASSEMBLÉIAS SOBRE O PLANO
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DE SUMARÉ.

A PARTICIPAÇÃO DE TODOS É FUNDAMENTAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO MUNICÍPIO.

CONTO COM VOCÊS!





Atividade 6
Desenhe ou escreva como você gostaria que Sumaré fosse daqui a 10 anos.

Atividade 7
Com a ajuda de seu(sua) professor(a) e seus colegas, elabore um convite para sua família participar das assembleias sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sumaré.

**REVISÃO
PLANO DIRETOR
SUMARÉ-SP**

Prefeitura Municipal de SUMARÉ
Resposta e Foco.

Atividade 1
As escolas municipais receberão um panfleto com informações sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável. Na imagem abaixo, leve as crianças até o panfleto.

Atividade 2
Encontre no caça-palavras as respostas das seguintes perguntas:

- Qual o nome da sua cidade?
- A qual região metropolitana Sumaré pertence?
- Qual o nome da flor que representa a nossa cidade?
- A qual Estado pertence a nossa cidade?
- Quem participa da construção do Plano Diretor do Município de Sumaré?

N	A	B	I	T	A	N	T	E	S
O	K	D	F	M	H	Z	S	X	C
R	H	J	C	K	L	M	A	N	V
Q	Q	F	A	D	E	A	O	Q	W
U	S	U	M	A	R	E	P	E	R
I	P	O	P	I	U	V	A	T	A
D	Z	X	I	C	V	B	U	N	S
E	M	Q	R	W	E	R	L	T	Y
A	U	I	A	O	P	A	O	E	D
F	F	H	S	J	N	C	Z	A	E

Atividade 3
Quando você se lembra de Sumaré, qual é a coisa mais legal que ele oferece?

Atividade 4
Encontre os sete erros.

Atividade 5
Encaixe as palavras do quadro abaixo na cruzadinha.

FAMÍLIA - ASSEMBLEIA - SUSTENTABILIDADE - SUMARÉ
INFRAESTRUTURA - MUNICÍPIO - CRESCIMENTO - SOCIEDADE
DESENVOLVIMENTO - PARTICIPAÇÃO - ENVOLVIMENTO



Transporte

Educação

Saúde

Desenvolvimento
Econômico

Turismo

Meio Ambiente

Cultura



O futuro está em nossas mãos



O que é o Plano Diretor?

O Plano Diretor é uma lei municipal que deve ser elaborada com a participação de toda a sociedade. Ele estabelece as regras para o desenvolvimento sustentável do nosso município, sempre com o objetivo de garantir mais qualidade de vida para todos.

Como participar?

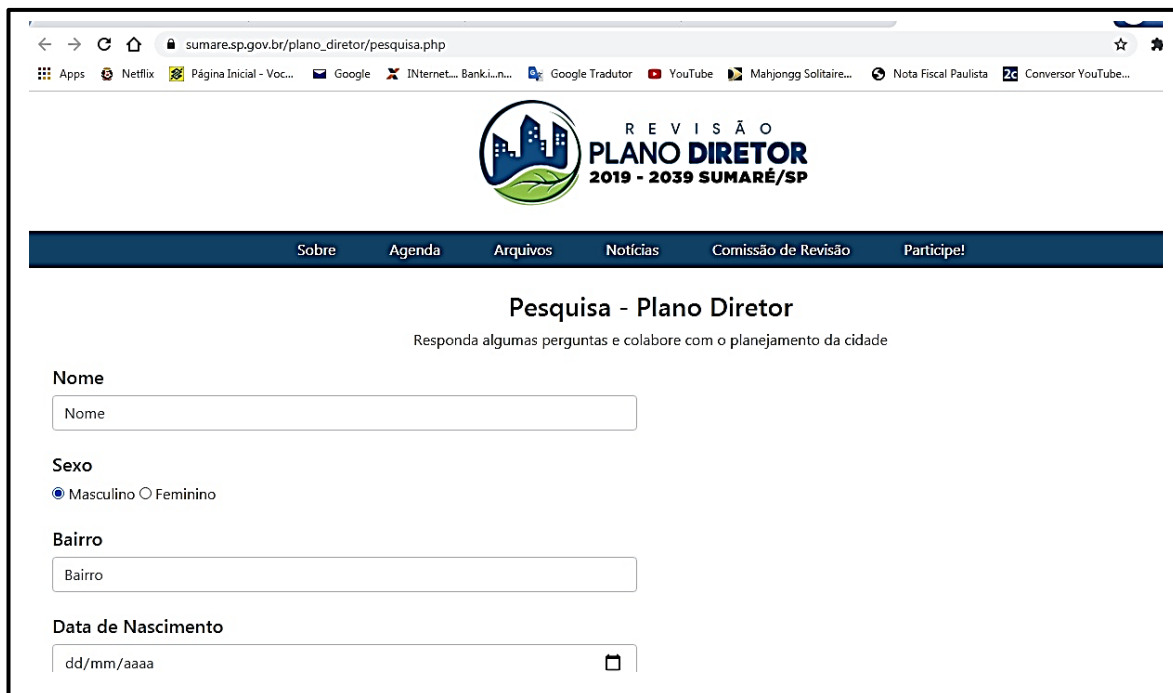
O Plano Diretor é revisado a cada 10 anos e esta é a hora de planejar a cidade que queremos! A Prefeitura de Sumaré realizará dezenas de atividades para que você, cidadão, dê a sua opinião e suas sugestões. Fique de olho na nossa agenda, que poderá ser acessada pelo site sumare.sp.gov.br. Lá você também encontrará um formulário, que poderá ser preenchido a qualquer hora.

Sua participação é muito importante!

Outra ação efetuada para o Plano Diretor foi a abertura de hot site, associado ao website da Prefeitura Municipal onde foram incluídos e disponibilizados todos os materiais elaborados pela equipe técnica do Plano Diretor para acesso direto da população. Dentro do hot site foi incluído um questionário para que a população pudesse participar eletronicamente e dar suas opiniões e sugestões. No total foram contabilizadas cerca de 250 participações em resposta ao questionário. Abaixo seguem as imagens do hot site do PDDS.



The screenshot shows the 'Sobre o Plano Diretor' page. At the top, there is a navigation bar with links: Sobre, Agenda, Arquivos, Notícias, Comissão de Revisão, and Participe!. The main heading is 'Sobre o Plano Diretor'. Below it, there is a paragraph explaining that the Plano Diretor is a municipal law that organizes the city's growth and functioning, aiming for social, physical, economic, and administrative development, and better quality of life for the population. It also states that the plan is revised every 10 years and that the city council will hold various activities for citizens to provide their opinions and suggestions. Below the text, there is a section titled 'Arquivos' with two bullet points: 'PLANO DIRETOR SUMARÉ 2019' and 'MATERIAL DAS ESCOLAS'.



The screenshot shows the 'Pesquisa - Plano Diretor' form. The browser address bar shows 'sumare.sp.gov.br/plano_diretor/pesquisa.php'. The navigation bar is the same as in the previous screenshot. The main heading is 'Pesquisa - Plano Diretor' with the subtitle 'Responda algumas perguntas e colabore com o planejamento da cidade'. The form contains the following fields:

- Nome:** A text input field with the placeholder 'Nome'.
- Sexo:** Radio buttons for 'Masculino' (selected) and 'Feminino'.
- Bairro:** A text input field with the placeholder 'Bairro'.
- Data de Nascimento:** A date input field with the placeholder 'dd/mm/aaaa' and a calendar icon.

← → ↻ 🏠 sumare.sp.gov.br/plano_diretor/pesquisa.php ☆ ⚙ (

📱 Aps 📺 Netflix 📄 Página Inicial - Voc... 📧 Google 🌐 INetnet... Banki...n... 🗣️ Google Tradutor 📺 YouTube 🎮 Mahjongg Solitaire... 📄 Nota Fiscal Paulista 📺 Conversor YouTube...

Assinale o seu grau de estudo:

Até 4º ano (Ensino Fundamental incompleto) ▾

Assinale a faixa salarial:

Menor que um salário mínimo (até R\$ 998) ▾

**Qual a sua opinião sobre o número de vagas no município:
Responda para os vários tipos de curso:**

Item	Suficiente	Insuficiente	Não sabe
Creches nos bairros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino fundamental I	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino fundamental II	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino médio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alfabetização de adultos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Assinale na tabela a seguir assinale o grau de satisfação com o uso dos itens relacionados:

Item	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não sei
Qualidade do ensino nas escolas do Ensino Fundamental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do ensino nas escolas do Ensino Fundamental II	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do ensino nas Escolas de Ensino Médio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do atendimento as crianças nas Creches	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade dos Cursos de Ensino Profissionalizante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do atendimento nos Postos de Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do Atendimento Hospitalar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantidade das unidades de Saúde no seu Bairro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Localização dos Postos de Saúde no seu Bairro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantidade dos profissionais da área médica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantidade das áreas de lazer para a família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Quantidade dos programas de esporte para jovens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantidade dos programas de esporte para adultos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantidade de áreas para a prática de esportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades culturais do município	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade da iluminação pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade da coleta de lixo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Distribuição da água no município	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade da água distribuída	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rede de coleta de esgoto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do ar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preservação dos córregos e rios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preservação das matas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pavimentação das ruas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Pavimentação das calçadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade dos acessos as cidades vizinhas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trânsito no município	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Controle do trânsito (lombadas/sinalização/semáforos etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transporte público urbano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transporte público para outras cidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferta de moradia no seu bairro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Policimento e segurança no seu bairro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Policimento nas escolas do seu bairro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Assinale nos itens abaixo o que você acha ser o principal problema do município:

Assinale nos itens abaixo o que você acha ser outros 2 principais problemas do município: (assinale dois itens)

Leia as frases abaixo e veja se concorda, discorda ou não sabe opinar. Na minha opinião Sumaré é uma cidade:

Item	Concordo	Discordo	Não sei opinar
Boa para viver	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Boa para trabalhar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bem organizada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preocupada com a natureza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Com bastante oportunidade de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Que precisa crescer mais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



4. RESUMO SUCINTO DA LEITURA COMUNITÁRIA

Quatro temáticas básicas foram ressaltadas em todas as reuniões do PD: Serviços Básicos, Moradia, Uso do solo e Infraestrutura, Patrimônio Ambiental e Cultural, Trabalho e Atividades Econômicas.

São aqui apresentados textos sucintos contendo os resultados das discussões, organizados segundo as quatro temáticas supracitadas, e posteriormente a matriz que sistematiza todas as questões levantadas, segundo a metodologia dos aspectos positivos – oportunidades -, e, dos aspectos negativos – ameaças.

a) Serviços Básicos

Com relação aos problemas: a área que apresenta maior número de problemas é a área da saúde, destacando-se dois pontos: a dificuldade de acesso ao atendimento nos níveis de maior complexidade – especialidades, internamentos, UTI e dificuldades relativas ao atendimento básico de saúde executado pelas unidades de saúde. Ao se acrescentar os itens que falam da falta de médicos nas unidades de saúde e atendimento humanizado, a deficiência passa a ter maior destaque.

Em segundo lugar aparece a área da segurança pública, explicitada pelos participantes como falta de segurança e algumas referências a condições que facilitam os problemas de criminalidade como, vazios urbanos, jovens desocupados, droga e alcoolismo, melhoria da iluminação pública e bares.

A área da educação aparece em terceiro lugar, porém apontando problemas pontuais de falta de acesso especialmente de falta de creches, que felizmente em 2019 foi parcialmente solucionada e também a pouca oferta dos cursos do EJA – Educação para Jovens e Adultos.

Com relação às potencialidades: a educação é apontada como uma grande potencialidade, destacando-se o acesso a todos os níveis, a qualidade da merenda escolar, o transporte escolar. A saúde vem em segundo lugar com destaque para a existência de postos de saúde em quase todos os bairros e distritos.

A Assistência Social também é bem pontuada como potencialidade no município, especialmente no que se refere a organização do trabalho nesta área, à diversificação de equipamentos e ao atendimento aos idosos, mulheres e jovens.

Outro ponto elencado pelos participantes foi a estrutura técnica da Prefeitura Municipal, onde há diversos setores deficitários sem profissionais de ordem técnica. Por isso foi sugerido uma reestrutura administrativa para novas contratações técnicas em áreas como saúde, planejamento, obras e finanças.

Continuando nessa temática foram levantadas diversas questões sobre a possibilidade de melhoria da arrecadação municipal e da implementação de equipe técnica para esse serviço.

Pudemos verificar então as dicotomias em relação as áreas de saúde e educação. Enquanto alguns apontam falhas, outros demonstram satisfação.

b) Moradia, Uso do solo e Infraestrutura

Com relação aos problemas: o item mais citado refere-se à mobilidade que, segundo se levantou, necessita de vários investimentos, principalmente na confecção de um anel viário, que pudesse ligar a área central aos demais distritos e regionais, além das ligações de entrada e saída da região central – AR CENTRO, que possui, atualmente uma única ultrapassagem e que, como consequência apresenta enormes congestionamentos.

O transporte público também foi elencado como um grande problema à qualidade de vida, uma vez que não existe ainda uma rede de transporte disponível que ligue vários pontos da cidade a outros municípios, dentro da RMC, além da falta de ônibus urbano para o transporte da população local e/ou interbairros. Isso causa uma dependência de fretados, além do que diversas locomoções por dia, sobrecarregando assim o usuário. Uma situação que tem maior relevância para os moradores de Sumaré é a questão das linhas que

ligam os bairros mais distantes à área central e também para o município mais concorrido: Campinas. As linhas interbairros são escassas e muitos trabalhadores perdem hora pois há irregularidades nos horários.

O município avançou neste tópico, pois concretizou o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana, trazendo diretrizes que irão nortear o assunto. Porém necessita atualização principalmente nas questões relacionadas com o transporte e bastante investimento na área de ampliação do sistema viário.

Outro ponto levantado foi em relação ao zoneamento e uso do solo, que se encontra atravancado e restritivo, não possibilitando um crescimento industrial e desenvolvimento sustentável, além das questões alarmantes de cunho fundiário que também corroboram para a emancipação de vários negócios ilegais. O município está finalizando este plano diretor com nova legislação de uso e ocupação de solo que irá colaborar para a regularização do solo atual.

O sistema viário também diz respeito à falta de calçadas e às condições das mesmas, com acessibilidade deficitária; à falta de manutenção das estradas rurais; melhoria das ligações entre bairros e falta de um programa de acessibilidade para esse tema. No mesmo tema, tem-se como exemplo a falta de critérios de padronização da acessibilidade nas calçadas e qualidade das mesmas para movimentação das pessoas com deficiência e locomoção reduzida, sendo um ponto bem relevante nas discussões.

A coleta de lixo se comporta normalmente, embora muitos suscitem a necessidade da implementação de coleta seletiva, pelo menos nos prédios públicos, nas áreas de educação e saúde.

A iluminação pública remete a uma aparente contradição: em alguns locais é boa e em outros aparece como entrave e incentivo à violência; há evidências de que em alguns pontos existem árvores que prejudicam a iluminação, pondo em risco o trajeto das pessoas.

A falta de espaços e programas de cultura e lazer é um ponto importante para a população, uma vez que aparece em vários temas.

As questões habitacionais que mais suscitam discussões são os problemas dos assentamentos irregulares, por sua diversidade e complexidade, as invasões que estão ocorrendo na zona rural e os processos de regularização em andamento, o que é bastante positivo pois conta inclusive com a colaboração da Promotoria Pública da cidade.

Outro ponto crucial elencado pela população são as questões ligadas às telecomunicações como telefonia celular e internet que apresentam poucos investimentos e conseqüentemente serviços de péssima qualidade e quase inacessibilidade em várias regiões da cidade.

Com relação às potencialidades: destacam-se aqui os quesitos referentes à habitação, ou seja, aos serviços que atendem aos moradores em suas moradias: água, energia elétrica, telefonia e coleta de lixo. As possibilidades das regularizações fundiárias são possíveis, principalmente porque o Município se antecipou e firmou convênio com o Governo Estadual para o programa Cidade Legal e já vem, a medida do possível, realizando os processos de regularização.

c) Patrimônio Ambiental e Cultural

Com relação aos problemas: o item de maior representação na opinião da população refere-se à ausência de áreas de lazer, culturais e esportivas, bem como à conservação destes espaços. Com o mesmo grau de importância aparecem as áreas verdes desprotegidas, necessidade de maior fiscalização principalmente em relação à necessidade de arborização e jardinagem, declives em risco, extração de árvores nativas e loteamentos clandestinos. No geral, a falta de conscientização ambiental e cultural também é bastante referida. Com relação às potencialidades verificamos a ambigüidade uma vez que no conjunto, o patrimônio ambiental e cultural é o item mais valorizado pela população, com ênfase às raízes culturais, festas e manifestações.

A proteção ao meio ambiente e a possibilidade de melhoria dos pontos turísticos foram os mais destacados entre os pontos positivos. A arborização extensiva do município é lembrada com a mesma intensidade. O Município elaborou o seu Plano Municipal de Turismo e cabe agora a sua implementação para melhoria destes serviços.

d) Trabalho e Atividades Econômicas

Este item apresentou uma maior diversificação de problemas. A falta de trabalho/emprego destacou-se não apenas como falta de postos de trabalho especialmente na zona rural, mas também pela percepção da falta de qualificação da mão-de-obra e de cursos profissionalizantes. A falta de incentivo à permanência dos jovens na própria cidade também mereceu preocupação por parte da população, uma vez que, por não conseguirem trabalho no local onde residem, acabam migrando para outras cidades, desarticulando a estrutura familiar.

As dificuldades para o desenvolvimento da atividade econômica foram ressaltadas especialmente no que diz respeito às deficiências de infraestrutura e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico. Os aspectos relacionados à produção são apontados, destacando-se a falta de incentivo ao produtor rural e ao agronegócio. Alguns itens foram levantados e aqui classificados como falta de condições de trabalho e que tratam do uso de agrotóxicos, de condições insalubres e até da falta de representatividade dos trabalhadores.

Com relação às potencialidades: a produção industrial de alta tecnologia, bem como os serviços de alta tecnologia foram apontados como a grande potencialidade do município, pela sua diversificação, com destaque para a produção, comércio e serviços nos setores eletroeletrônico e telecomunicações, e também pela estrutura fundiária de pequenas propriedades.

O trabalho/emprego e renda são também bastante pontuados, especialmente as ações de políticas públicas e as atividades inovadoras.

Há uma consciência em relação à necessidade de preservação do potencial natural ao lado da preocupação com a geração de emprego e renda. Isto mostra, mesmo não tendo sido expressa dessa forma, uma preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social do município. Também se apontou a necessidade da revalidação de um programa municipal de incentivo industrial, visando o fortalecimento das indústrias locais e incentivos para a vinda de parques/distritos industriais e novas empresas.

4.1. Considerações finais da leitura comunitária

Elaborou-se o presente capítulo com o objetivo de subsidiar a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sumaré, tendo em vista as principais sugestões de Diretrizes e Ações que foram espelhadas na reuniões setoriais e reuniões públicas, contendo o resumo dos apontamentos resultantes desses encontros.

✓ Principais contribuições para o Tema Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária

1. Programa de Produção de Lotes e Moradias, mediante políticas mais efetivas: de redução do preço da terra, por meio do combate à especulação imobiliária; de estoque de terras; de demarcação de ZEIS e de ocupação das áreas centrais, aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

2. Programa de Realocação de Famílias priorizando estudos técnicos para permanência no local, quando possível e em caso de realocações garantia da proximidade ao local de origem, sendo importante a melhor definição de critérios de distâncias, frente à dinâmica de terras existentes.

3. Implantação de ZEIS ao longo de eixos viários e regiões centrais.

4. Política de Regularização Fundiária mediante projeto urbanístico (especificando o que está sendo dispensado legalmente); definição de critérios claros, especialmente para regularização de edificações e com mecanismos não onerosos em algumas situações.

5. Utilização de instrumentos urbanísticos como: Direito de Preempção; IPTU progressivo no tempo (definição de critérios); ZEIS. Criação de agenda de discussão dos instrumentos do Estatuto da Cidade (inovação e prazos para implementação). Destinação de porcentagem de área de empreendimentos ou recurso financeiro ao fundo, para habitação popular (cota de solidariedade), bem como resgate da mais valia em grandes projetos urbanos com foco na política habitacional. Definição de porcentagem na compra de potencial construtivo e outorga onerosa.

6. Política de Assistência Técnica gratuita, de acordo com a lei federal. Necessidade de conscientizar a população para construir de forma legal e capacitar arquitetos e engenheiros para atuar de forma mais multidisciplinar.

7. Promoção da tecnologia e inovação por meio do uso de técnicas construtivas inovadoras para cada região.

✓ **Principais contribuições para o Tema Paisagem Urbana, Uso do Espaço Público e Acessibilidade**

1. Programas de Acessibilidade Universal de modo a promover a inversão de prioridade de modais (deixando os veículos por último), melhoria nas calçadas e que estas sejam alargadas, melhorias na segurança dos usuários dos espaços públicos coletivos, melhoria na acessibilidade para os portadores de necessidades especiais e voltadas também ao lazer destes. Criação de mecanismos de incentivo aos moradores para melhoria de suas calçadas e principalmente, que a comunidade seja ouvida antes de qualquer intervenção nos espaços públicos da cidade.

2. Promoção de Gestão Pública através da intensa participação popular. Poder público atuando junto com a comunidade na discussão e criação de projetos de novos espaços públicos. Proposta de gestão por bairros, através das Administrações Regionais atuantes.

3. Promoção da paisagem como identidade, enraizando na comunidade um sentimento de apropriação dos espaços e que qualquer modificação seja gradativa, tendo em vista os anseios da comunidade. Necessidade de estudos de densidades e maior interação e convívio entre as pessoas por meio dos espaços públicos.

4. Mudança microclimática com a necessidade de criação de lei de incentivo a destinação de porcentagem de áreas verdes nas técnicas construtivas das edificações como telhados e paredes verdes. Realização de projetos específicos de drenagem e mecanismos de recuperações de estruturas para evitar enchentes.

5. Introdução de novas soluções tecnológicas (inovação) como, por exemplo: aumento das porcentagens de doação de áreas institucionais ao poder público, quando de parcelamentos do solo; implantação de *parklets*⁸; dotação de espaços públicos (parques e praças) de infraestrutura de higiene (sanitários) e praças

⁸ *Parklets são áreas contíguas às calçadas, onde são construídas estruturas a fim de criar espaços de lazer e convívio onde anteriormente havia vagas de estacionamento de carros.*

com *internet* Wi-Fi gratuita para a comunidade. Realização de estudos para dimensionamento do tráfego e verificação da melhor alternativa locacional.

6. Soluções de tratamento da paisagem tais como utilização de "envelopes elétricos"⁹ - para passagem de fiação subterrânea sob as calçadas e remanejamento dos postes elétricos dos passeios/espços públicos, nos principais corredores de comércio e serviço, com planos gradativos de investimentos, substituição gradativa de espécies arbóreas das vias públicas, desde que em porte adequado. Tratamentos nos edifícios históricos.

7. Incentivo às Unidades de Conservação e Áreas Verdes por meio do reforço nas ações e campanhas de educação ambiental junto à comunidade quanto à proteção ambiental, preservação das unidades de conservação e implementação de obras para a implantação dos Parques Municipais.

✓ **Principais contribuições para o Tema Mobilidade Urbana Sustentável e Ciclovária**

1. Melhoria na infraestrutura visando principalmente à integração entre todas as regiões do município e cidades vizinhas. Ainda, implantação do Terminal Municipal de Transporte e priorização do conforto ao usuário; revitalização de calçadas e implementação de um plano de acessibilidade para as mesmas.

2. Programa de Conscientização e Incentivos ao Uso Racional de todos os modais de modo compartilhado. Valorização do trabalho, até mesmo em horários alternativos para as pessoas terem mais tempo livre e utilizarem modais cicloviários para o lazer e também quaisquer tipos de deslocamentos. Possibilidade de destinação de parcela do valor arrecadado por multas para o transporte coletivo, cicloviário e pedestres.

3. Mobilidade Sustentável principalmente em função do incentivo de uso de combustíveis alternativos.

4. Programa de Gestão Pública/Planejamento visando principalmente transporte eficiente e seu reordenamento, que se dará através do planejamento com base em modelos matemáticos de transporte, estudos de demanda, pesquisas de origem - destino (domiciliar, por instrumentos tecnológicos). Necessidade de revisão do Plano de Mobilidade Urbana de Sumaré segundo a nova Lei de Mobilidade; revisão de acesso de carga e descarga (região central); restrição de vagas de estacionamento (revisão dos parâmetros exigidos, imposto, vagas). Introdução de integração através de bilhete único.

5. Ascensão da demanda por diferentes modais de modo a favorecer o uso dos meios de transporte e não penalizar os já existentes como, por exemplo, o uso de carros.

6. Sistema de Integração entre todos os modais (automóveis, pedestre, transporte coletivo) a partir de reestruturação dos equipamentos de transporte.

7. Necessidade de repensar a mobilidade, não misturando transporte de alta velocidade com o de baixa – minimizando conflitos de deslocamento.

8. Gestão Participativa, por meio de maior abertura/participação dos conselhos de modo deliberativo e paritário, criação de canais permanentes de participação pública, divulgação dos estudos já realizados e especialmente dar retorno à população de modo que veja suas ideias colocadas em prática (terem retorno). Realização de capacitação da população previamente para as discussões públicas.

9. Novas políticas públicas tendo em vista Sumaré como vanguarda no ano 2039. Necessidade de o município planejar/incentivar/estar preparado para novas tecnologias de locomoção, bem como regulamentar instrumentos e ferramentas de planejamento (EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, PGT- Polos Geradores

⁹ Sistema de fiação subterrânea é composto por dutos embutidos separadamente no solo a uma profundidade mínima, dependendo do lugar, de cerca de 50 cm.

de Tráfego, IPTU progressivo, etc.). Políticas de restrição ao uso do automóvel e incentivo ao uso alternativo de modais, mediante criação de incentivos fiscais; políticas de incentivo para uso de horários distintos de início e fim dos maiores geradores de tráfego (escolas, universidade, empresas, entre outros). Revisão do sistema de informação ao usuário e estudos de novas tecnologias em conjunto com Universidades e órgãos de planejamento (CAU/CREA).

10. Programas de integração com a política regional considerando as diretrizes do Plano Metropolitano de Mobilidade, coordenado pela AGEMCAMP que contemple, entre outros temas, a conexão com parques viabilizando a mobilidade cicloviária.

12. Políticas e instrumentos de incentivo como, por exemplo: propiciar incentivos fiscais a empresas e novos edifícios para implantação de vestiários, paraciclos e bicicletários, que poderiam ser considerados como áreas não computáveis; promover a destinação de parte de valor arrecadado por multas na infraestrutura cicloviária. Necessidade de repensar as políticas públicas atuais a fim de urbanizar a mobilidade cicloviária como transporte de massa e não só lazer.

13. Programa de resgate de espaços existentes para se voltarem como apoio à mobilidade cicloviária, buscando com isso também a valorização e requalificação de espaços públicos até então ociosos, de parques e praças, entre outros.

14. Implementação do Plano Nacional de Redução de Acidentes - 2011/2020, cujos preceitos básicos são: Gestão da segurança do trânsito, Estradas mais seguras e mobilidade, Veículos mais seguros, Usuários de rodovia mais seguros, Assistência às vítimas.

15. Programa de Conscientização do uso racional focado na educação no trânsito para todos os modais.

16. Melhorias e adaptações nos equipamentos públicos existentes, especialmente nas estruturas de apoio à mobilidade cicloviária e nos veículos de transporte de massa como ônibus, que recebam adaptações para o transporte de bicicletas, entre outros.

17. Melhorias na infraestrutura de modo a haver vias prioritárias para bicicletas (onde só seriam permitidas bicicletas, skates, patins) de modo a evitar conflito de modais.

18. Compartilhamento entre modais desde que haja definições adequadas de prioridades dos modais no sistema viário, bem como respeito às hierarquias viárias evitando conflitos de modais.

19. Implantação de Bilhete único à exemplo do "CARTÃO BUS" implantado pelo Consórcio Bus da RMC.

20. Programa de Centros Acalmados, com minimização de velocidades (Área 30 km/h) para todos os modais.

21. Gestão participativa de modo paritário e deliberativo, com melhoria dos canais de comunicação, bem como ampliação do uso de aplicativos para celular voltados à mobilidade. Imprescindível capacitação da população para as discussões públicas.

22. Fortalecer o Uso e melhorar o Transporte Público, estabelecendo diretrizes de desincentivo do uso do carro, criando mecanismos ou dispositivos como: alíquota IPTU diferenciada para a 2ª vaga ou considerar como área computável acima de 1 vaga por unidade habitacional.

✓ Principais contribuições para o Tema Meio Ambiente e Sustentabilidade

- 1. Programas de Incentivos no IPTU** para ampliar a prática de ações sustentáveis, como: o uso de espécies nativas no paisagismo; uso de fontes de energias solar e redução ou fixação de carbono (carbono zero).
- 2. Programas de Fomento** (acordos que a prefeitura poderia realizar com empresas ou fundos internacionais) para ações sustentáveis, principalmente na aquisição e implantação de energia solar ou reaproveitamento da água pluvial.
- 3. Programa de Incentivos fiscais** para produção e comercialização das tecnologias que possibilitam esta prática (eficiência energética, aproveitamento de água pluvial e sustentabilidade).
- 4. Programa de Regularização Fundiária** (Lei Federal 11.977/09) proporcionando a moradia digna, mas combinada com parâmetros de maior permeabilidade do solo. Estabelecendo a realocação com a recuperação ambiental e ampliação das áreas protegidas.
- 6. Considerar a elaboração de Estudos de Impacto de Vizinhança** e a consulta como forma de avaliar o impacto da instalação do empreendimento, principalmente relacionado a paisagem, polo gerador de tráfego e pessoas, ruídos, resíduos, efluentes, drenagem, áreas verdes, entre outros aspectos.
- 7. Criação de dispositivos e incentivos fiscais** e técnicos para incremento de vegetação nos lotes e edificações, inclusive estabelecendo parâmetros urbanísticos específicos para aumento da vegetação nas edificações (fator verde, maior permeabilidade nas calçadas, etc.).
- 8. Incentivar a fixação subterrânea**, reduzindo a poluição visual.
- 9. Criar e ampliar programas/campanhas educativas** sobre os aspectos de sustentabilidade.
- 10. Promover a Transversalidade dos temas ambientais** para o ensino básico, oportunizando o intercâmbio entre alunos da RMC e incentivos permanentes de extensão universitária.
- 11. Monitorar a Cadeia Produtiva dos produtos**, principalmente no que se refere aos resíduos sólidos, prevendo ações desde o início da produção até a destinação (implantar a logística reversa, capacitar catadores).
- 12. Implantar a coleta seletiva** e de resíduos comum em áreas públicas como praças e órgãos públicos municipais.
- 13. Promover campanhas efetivas** para redução, reutilização e reciclagem de resíduos por parte da população (incentivos e parcerias).
- 14. Promover o aproveitamento dos resíduos** com a recuperação energética, com uso de tecnologias avançadas.
- 15. Incorporar Diretrizes e Programas para o planejamento de ações mitigadoras** das consequências das mudanças climáticas e também ações preventivas aos desastres, fortalecendo a defesa civil do município e da RMC.
- 16. Promover a Integração**, no planejamento, das bacias hidrográficas da RMC (mapeamento, banco de dados, indicadores, transparência, monitoramento), considerando o saneamento dos municípios da RMC.
- 17. Promover o plantio de árvores** como compensação dos cortes autorizados, de forma transparente e divulgar os locais dos novos plantios.
- 18. Promover o monitoramento da qualidade do ar** de forma transparente e considerar este fator no planejamento da cidade.

19. Incluir a meta do incentivo à Campanha do Carbono Zero¹⁰ no planejamento da cidade, nas ações, obras, bem como nas empresas e intervenções da cidade. Reduzir em 20% as emissões de gases de efeito estufa, per capita, até 2030. O caminho para se atingir esta meta é o do aumento da eficácia no uso da energia. Preconiza-se a elaboração de um Plano de Ação de Energia Sustentável de Sumaré, através de ações participativas através de PPPs – Parceria Público-Privada, contendo um conjunto de ações que visam esse aumento de eficiência, permitindo manter o bem-estar da população.

20. Implementação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos de Sumaré e RMC de forma transparente.

21. Melhorar a qualidade da paisagem urbana, incentivar a implantação de calçadas mais verdes e permeáveis, evitar postes, enterrando a fiação elétrica, entre outros.

✓ **Principais contribuições para o Tema Economia Criativa e Cultura**

1. Incluir no ensino básico municipal (como disciplina transversal ou obrigatório) a temática do plano diretor e a cidade/desenvolvimento urbano, desde uma perspectiva da cultura pela paz e das cidades educadoras.

2. Política de análise de paisagem urbana futura no planejamento da cidade.

3. Revitalização e manutenção de espaços públicos.

4. Criação de um polo de cultura municipal em cada administração regional, para viabilizar programas e projetos de cultura com efeitos multiplicadores para a economia criativa (arranjo produtivo).

5. Promover ações preventivas para preservar os espaços de interesse históricos e cultural que ainda não estão protegidos por lei.

6. Criar políticas para incentivar ações culturais em imóveis desocupados nos centros das ARs e também “onerar” caso o espaço tenha outro tipo de utilização.

7. Pensar cultura nas centralidades (polinucleação) da cidade, inclusive como alternativa de habitação e lazer para segmentos jovens e idosos.

8. Requalificação/otimização dos espaços/ atividades já existentes em Sumaré.

9. Normatização e política municipal de consideração de paisagem urbana.

10. Criação do “Espaço das Bandeiras”, como atrativo turístico e de eventos na região do centro histórico.

11. Planejamento participativo - criar indicadores para subsidiar ações do plano diretor.

12. Eliminar a informalidade, permitindo o Home Office - acabar com a limitação de usos em zonas residenciais.

13. Promover diversos eventos para criar “Plateia Cultural” e “Sistema de Educação Patrimonial” a fim de se preservar os bens históricos de Sumaré.

14. Promover o fomento e incentivos fiscais aos arranjos locais considerando as dinâmicas e culturas locais.

15. Criar canais e formas de divulgar planos, programas e projetos elaborados e existentes.

16. Fomentar a Permacultura.

¹⁰ Prática de balanceamento de dióxido de carbono liberado na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis, com a energia renovável que gera uma quantidade similar de energia útil, de modo que as emissões de carbono sejam compensadas, ou, alternativamente, utilizando apenas energias renováveis que não produzam qualquer dióxido de carbono (também chamado de uma economia pós-carbono). Também é utilizado como prática de compensação de carbono, pagando outras pessoas para remover ou sequestro de 100% do dióxido de carbono emitido na atmosfera – por exemplo, o plantio de árvores – ou por financiamento dos projetos de carbono de que deve levar para a prevenção das emissões de gases de efeito estufa no futuro, ou através da compra de créditos de carbono para remover (ou “aposentar”) através de comércio de carbono. São frequentemente utilizadas em paralelo, juntamente com conservação de energia e medidas para minimizar o uso de energia. O conceito pode ser estendido para incluir outros gases de efeito estufa medidos em termos de equivalência de dióxido de carbono.

17. Oportunizar participação das mulheres, portadores de necessidades especiais em programas de incentivo a economia criativa.

18. Preservar o patrimônio histórico através do tombamento ou criação de unidades de interesse de preservação.

✓ **Principais contribuições para o Tema Uso do Solo, Zoneamento Urbano e Estudo de Impacto de Vizinhança**

1. Fortalecimento Institucional, a partir do entendimento de que é necessária a capacitação e contratação de técnicos/servidores para realizar as análises dos estudos como EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, RAP – Relatório Ambiental Preliminar e outros. Inclusive com a regulamentação de prazos que o órgão público teria para a realização de análises.

2. Buscar estratégias em que estudos específicos como EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, ou outros sejam obrigatoriamente elaborados, quando da implantação de empreendimentos (geradores de impactos significativos) ou grandes obras de intervenção na cidade, pois a capacidade da Infraestrutura Viária, do transporte e da intermodalidade deve ser avaliado contraponto com o Uso do solo.

3. Prever políticas e instrumentos que proporcionem incentivos a ações como aproveitamento de águas da chuva, conservação e preservação de patrimônio ambiental e cultural, inclusive estabelecendo critérios de renovação temporal destes incentivos.

4. Promover a Valorização da Paisagem, criando diretrizes que possam evitar padronizações da paisagem, principalmente relacionados a volumetrias/plantas dos edifícios de habitação de Interesse Social.

5. Incentivar o uso misto de edificações, inclusive em seus portes e horários.

6. Estabelecer a Transparência no processo de Planejamento de Sumaré, através da divulgação da informação utilizando-se das diversas mídias, criando mecanismos que garantam a participação paritária, devolutivas relacionadas as questões sugeridas ou discutidas, prever dotação orçamentárias para a execução de divulgação e capacitação entre outros.

7. Dinamizar e Incentivar o Uso misto na Lei de Zoneamento, reestruturando a categoria dos portes (quando uso comercial), não computando quando uso comercial quando no térreo, também propor porcentagem a mais de potencial construtivo quando o empreendimento está vinculado a identidade cultural do bairro.

8. Prever o emprego de multimodais nos grandes empreendimentos e intervenções da cidade.

9. Fomentar e apoiar ações e colaborar com a gestão e capacitação para a Integração da RMC ao Município de Sumaré.

10. Incentivar atividades rurais na zona urbana, através de criação de florestas urbanas, hortas urbanas, contribuindo para a segurança alimentar da região.

11. Revisar as tipologias de serviços e indústrias no novo zoneamento, principalmente no aspecto do porte.

12. Fortalecer a política do “Programa Nacional de Crédito Fundiário – CEF”, que oferece condições para que trabalhadores rurais com pouca ou sem nenhuma terra possam comprar um imóvel rural.

13. Definir diretrizes concretas para a estratégia participativa da próxima revisão do Plano Diretor, como: demonstração dos índices/indicadores de avaliação, disponibilização de mapas e estudos, entre outros.

✓ Principais contribuições para o Tema Região Metropolitana de Campinas e Consórcios Regionais

1. Trabalhar de forma integrada o Saneamento da RMC, com a criação de novos consórcios ou fortalecimentos dos existentes como: de resíduos. Criar política de incentivo para instalação de Usinas (pirolises, incineração, recuperação energética) distribuídas em toda a RMC, propondo a descentralização da destinação dos resíduos. O Plano de Saneamento deverá ser tratado de forma Metropolitana, capitaneado pela Prefeitura de Sumaré.

2. Conservar a qualidade e quantidade de água, principalmente as áreas de proteção ao Manancial, considerando as bacias hidrográficas na estratégia de planejamento territorial dos municípios de Sumaré e RMC.

3. Buscar a INTEGRAÇÃO METROPOLITANA através da inclusão de diretrizes na legislação de Sumaré, prever eixos de ligação não só através de vias, mas também por parques lineares e valorização de rios. Prever as Parcerias Público Privadas - PPPs para viabilizar projetos e obras de porte que estabeleçam a conexão metropolitana.

4. Participar ativamente no Planejamento Metropolitano.

5. Propor um Plano de Logística, considerando a RMC e incluindo a malha ferroviária e contornos rodoviários.

6. Participar de forma mais efetiva no planejamento e controle da expansão da RMC, incentivando a integração dos zoneamentos dos municípios.

7. Criar instrumentos de forma articulada junto à RMC como: potencial construtivo e outros.

8. Incentivar a criação, de forma sustentável, de novos Distritos Industriais e de Inovação tecnológica-Ecosistemas de Inovação, com foco na RMC.

5. RESENHA FINAL

O PDDS, sem dúvida, foi bastante minucioso, rigoroso e trouxe disciplina para o efetivo desenvolvimento, com qualidade, e não mero crescimento ou inchaço. Como a política urbana, as políticas preconizadas no PDDS foram voltadas para a promoção do desenvolvimento da cidade com atenção ao ser humano. O principal objetivo foi o de proteger e promover o bem-estar do cidadão, no presente e no futuro da cidade.

Com base nessa ideia foram criados alguns mecanismos para a melhoria do desenvolvimento sustentável municipal, sendo um dos principais deles o Corredor Bandeirantes, que será destinado e incentivado para a implantação minuciosa, cirurgicamente focada na instalação de empresas de altíssima tecnologia e, que teria, como principal objetivo despontar o Município como Cidade Inteligente e um destaque na RMC, no Estado e, com o tempo, no País, como um polo de tecnologia de ponta.

Desta forma, a proposta ora apresentada não se refere apenas na visão do governo. Trata-se de uma síntese de conceitos e interesses que foram exaustivamente discutidos durante o período de formulação com todos os atores que atenderam ao chamamento para a análise deste tema. Ao todo, cerca de 60 entidades e mais de 20.000 pessoas (dentro desse cálculo pudemos incluir os alunos e as suas famílias com o Projeto do PDDS dentro da rede municipal de Educação), em discussões nas Regiões Administrativas e através de reuniões setoriais, contribuíram para que fosse atingida uma ideia de consenso, a qual, no seu conjunto, procura integrar, da forma mais harmônica possível, as respostas aos diversos conflitos que se explicitaram. Portanto, o resultado final não representa apenas uma concepção de cidade. Mais do que isto,

ele é o produto de um pacto social, o somatório de propostas anteriormente desarticuladas, o mínimo múltiplo comum de visões contraditórias.

Por isto seu valor não está unicamente na qualidade do que apresenta como coerente. Está, também, e talvez aí resida o que há de novo, no peso político que assumem as suas "contradições", uma vez que as mesmas são diretamente proporcionais às contradições do complexo processo urbano. Pode-se dizer que todos os participantes se identificaram com algo que foi contemplado no Plano, e ao mesmo tempo encontraram pontos que não correspondem à sua visão específica.

Isto significa que a dinâmica participativa desencadeada para este trabalho cumpriu seu objetivo no amadurecimento do processo democrático para a gestão da cidade, demonstrando a todos os que passaram por esta experiência que é possível se avançar numa direção comum, através da capacidade de fazer acordos entre os diferentes níveis sociais.

A interpretação técnica para este enorme conjunto de conflitos de toda ordem, desenvolveu também uma nova capacidade de entendimento e negociação entre aqueles que tiveram a responsabilidade de formatar a proposta, criando assim a base inicial para a mudança de mentalidade que será a essência das novas relações que se propõem no Sistema de Planejamento aberto, contínuo e participativo. O resultado deste trabalho aponta, primeiramente, para a mudança do conceito de planejamento, de normativo - baseado essencialmente em normas para a atividade privada - para estratégico, no qual o poder público fortalece seu papel de agente articulador e propositivo, dando ênfase à atuação integrada dos diversos atores da construção da cidade.

Neste sentido, a gestão toma uma importância muito grande, pois o caráter de processo permanente lhe confere um sentido aberto e o Modelo Espacial passa a funcionar como arcabouço orientador para as propostas que serão desenvolvidas.

As linhas gerais para os projetos a serem implementados são indicadas pelas estratégias do reordenamento territorial e dos objetivos, correspondentes aos principais temas que envolvem o desenvolvimento urbano.

Desta forma, o PDDS conduz para uma atuação projetual sobre a cidade, potencializando as oportunidades de investimentos e associações, e reorientando suas diretrizes ao longo do tempo, através de um sistema que garante a discussão com a população. O Projeto de Lei do PDDS é, portanto, constituído pelos quatro Objetivos Estruturais e pela suas duas Diretrizes de Modelo Espacial, que compõem a síntese das Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável, que são o eixo central do Plano, resultado da discussão democrática sobre o futuro de Sumaré.

Duas delas definem o modelo de cidade sobre o seu território:

➤ Reordenamento Territorial, que configura o novo modelo espacial baseado na integração dos sistemas que compõem a fisiologia urbana;

➤ Vetores de Crescimento, que apoia a estruturação urbana desejada, através de uma visão intersetorial, e, que vincula este aspecto regulador ao modelo proposto, oferecendo novos instrumentos para sua aplicação.

Dentro destes objetivos e estratégias se ressaltam, em todo o escopo elaborado, requisitos, indispensáveis à gestão do modelo de cidade que elas definem:

➤ Qualificação Ambiental, que coloca a busca da sustentabilidade natural como uma das grandes metas da cidade do futuro, e propõe critérios adequados às características de cada ambiente, mesmo os que já tenham sofrido profunda transformação antrópica;

➤ Desenvolvimento Econômico, que complementa os aspectos espaciais e ambientais com a sustentabilidade social, pela geração de postos de trabalho e de riquezas que se reverterão na qualidade de vida;

➤ Produção da Cidade, promovendo o papel municipal de agente social ativo na tarefa de alcançar as metas propostas, além de seu tradicional papel regulador;

➤ Sistema de Planejamento, que reformula a organização e a gestão pública do Plano, ampliando seus níveis de articulação com a sociedade, e desta forma criando condições para que as aplicações das ações propostas sejam mais eficazes e integradas à dinâmica da cidade.

A passagem da cidade real para a cidade desejada, sendo um processo de planejamento sustentado por governo e cidadãos, é ancorada numa estrutura espacial que guia com grandes linhas e concretiza com normas precisas de atuação a superação dos conflitos da cidade existente. Por isto, o Plano se baseia antes de mais nada no reconhecimento de um sistema de macrozonas, visando impulsionar as suas melhores potencialidades e, identificando as peculiaridades de seus conflitos, diminuí-los através das relações que se estabelecem entre elas. Este sistema mostra em suas áreas mais densas uma cidade polinucleada, que deverá ser organizada e conservada, investindo-se, prioritariamente, na sua integração física e cultural, passando pela qualificação profissional, educação, cultura, esporte e lazer, intensificando e incentivando o sentimento de pertencimento na cidade de Sumaré.

Há uma cidade xadrez, subdividida e recortada em 07 núcleos distintos, em processo de consolidação a partir do último PD, que recebeu todas as tensões de crescimento a partir da forte conurbação nas quase totais direções do Município, com exceção do limite com o Município de Santa Bárbara D'Oeste, que, por isto, merece um grande esforço de estruturação.

Identificam-se também duas grandes zonas ainda pouco organizadas e, que correm sérios riscos de deterioração de qualidade de vida, se o seu desenvolvimento não for encarado com sustentabilidade.

Ao Norte, na divisa entre Paulínia, Nova Odessa e Campinas, ou seja, nas ARs Matão, Maria Antonia e Áreas Cura, uma mancha mista e de poucos equipamentos urbanos, principalmente em cultura, esportes e lazer, que em função dos expressivos eixos de crescimento ao norte e a noroeste, pode se transformar em um polo de desenvolvimento metropolitano de serviços, industrialização e comércio. Ao Sul, um território denominado rural, mas no qual convivem assentamentos já consolidados, inúmeras ocupações irregulares, extensas áreas de produção primária pouco protegidas (e menos ainda promovidas), e zonas de extraordinário valor por sua biodiversidade natural, nas quais não basta declarar princípios de intangibilidade, mas sim definir critérios e processos de ocupação, social e ambientalmente sustentáveis.

Com estas características macrozonais convivem áreas de transição ou interfaces, particularmente delicadas, que devem ser custodiadas e recuperadas, como o corredor ecológico do Ribeirão Quilombo, o Complexo Ecológico do Marcelo e o Parque do Horto Florestal, os limites da cidade na faixa intensiva de nascentes a sudeste e as zonas limítrofes com os municípios de Hortolândia e Monte Mor, hoje periferias subestruturadas.

A proposta espacial propõe estruturar estas macrozonas com critérios de atuação em macroescala, para enfrentar a ampla ocupação urbano-metropolitana contínua, e sua inter-relação com um território rural pouco atendido e em acelerado processo de mudança.

Para que isto ocorra, foi adotado o conceito de Economia Verde, definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA ou UNEP, em inglês) como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a

escassez ecológica”, possuindo três características principais: baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social.

Dessa forma foi proposta a criação dos Corredores de Desenvolvimento Tecnológico de Sumaré – CDTs: dois na Rodovia dos Bandeirantes e um na Rodovia Anhanguera, que assumem, através da potencialização dos espaços abertos de interesses socioeconômicos, a descentralização que os integra em grandes centralidades lineares, estruturando a cidade polinucleada e relacionando-a entre si, reforçada pela construção do Anel Viário Orquídea. Estes corredores como áreas de centralidade capazes de atender amplas necessidades sociais e econômicas ao longo das próximas décadas, se localizarão exatamente onde as condições são mais favoráveis, e estão delimitados por eixos de mobilidade existentes que atuarão como sistema e aumentarão sua eficácia. Os corredores, aproximando a centralidade dos bairros, induzirão os fluxos transversais na cidade, e diminuirão o fluxo cidades vizinhas-periferia atual. Com isto, se tornará mais sustentável todo o sistema, pois será reduzida a dependência das demais cidades conurbadas, em especial o Município de Campinas, assim como as viagens desnecessárias e a conseqüente poluição, com um sensível aumento da diversidade e da riqueza cultural local. Entre estas interfaces ativas, as Administrações Regionais deverão ser valorizadas, com sua urbanidade local e um nível de miscigenação que não gere impactos de concentrações ou congestionamentos.

O PDDS deve ser considerado um dos instrumentos de desenvolvimento urbano, elemento referencial para a produção e a discussão da cidade, mas que somente se consolida a partir de sua articulação com os instrumentos do Sistema de Planejamento, ou seja, os canais de Participação Popular, o Sistema de Informações e os Planos de Ação Regional. O Sistema de Planejamento define a estrutura gerencial das atividades de planejamento, delimitando instrumentos que são os seus diversos elementos legais e estruturais, muito deles propostos pela Lei Orgânica do Município, necessitando de regulamentação, e outros a ser desenvolvido a partir do novo PDDS. A integração entre os elementos componentes do Sistema de Planejamento, que são principalmente as Secretarias e Departamentos Municipais, é um fator essencial para que, na combinação das políticas urbanas, se possa dar um caráter estratégico e potencializador a todas as linhas de atuação.

Em termos de reorientação do planejamento urbano, como instrumento de democratização da cidade, o Sistema de Planejamento é o principal suporte, a organização e a dinâmica que a administração municipal necessita para atingir o completo aproveitamento dos recursos disponíveis e potenciais, associando suas ações aos interesses da população. Os canais de participação que se ampliam através da vinculação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU à elaboração dos Planos Diretores das ARs; da implantação de um Sistema de Informações que faz chegar ao cidadão os dados que ele necessita para participar qualificadamente; da utilização de instrumentos de gestão local que possibilitam às comunidades fazer propostas para o Conselho; da discussão de Planos de Ação Regional, que ao se articularem com o Orçamento Público criam a relação direta do planejamento com as ações na cidade, conferem ao processo do planejar um novo caráter, profundamente enraizado na realidade urbana, social e política.

Isto garante sua referência contínua na complexa dinâmica da cidade, protegendo-o do risco do descomprometimento. A nova conceituação do CMDU dentro de um papel propositivo, provocador e receptor de discussões e demandas, coloca para o mesmo uma dinâmica globalizante, que deverá focar todas as questões abrangentes de cunho urbanístico. Seu papel é estratégico no avanço da concepção de processo, mais do que de plano, como linha orientadora para a ação de planejamento. A incorporação da visão de planejamento como ação política, configurada através dos instrumentos técnicos pertinentes, implica em comprometimento na sustentação do processo de forma cada vez mais ampliada e incisiva.

O CMDU, como fórum de discussão dos conteúdos mais importantes para os rumos do desenvolvimento urbano de Sumaré, terá a participação direta da comunidade através da regionalização, a qual constitui a base para a capilarização dos debates sobre aspectos que influem na qualidade de vida das comunidades, garantindo uma participação verdadeiramente representativa. A integração das políticas setoriais, propiciada por uma horizontalização no processo de tomada de decisão e estimulada pelas Estratégias de Desenvolvimento, terá também no Conselho um dos seus principais elementos de articulação.

Assim o PDDS, como proposta de modelo para o Desenvolvimento Urbano, se estrutura a partir de alguns princípios que são demonstrados através das diversas estratégias.

O conceito de que tudo é cidade, reconhecendo a integralidade do Município em seu território e nas relações desenvolvidas sobre o mesmo, significando que o território é composto pelas áreas urbanas de ocupação intensiva – Macrozona de Estruturação Urbana Prioritária – MEUP e Macrozona de Estruturação Urbana Consolidada - MEUC, e, ocupação Rarefeita - Macrozona Dirigida de Desenvolvimento Sustentável – MDDS, Macrozona de Desenvolvimento Ordenado – MDO e Macrozona de Amortecimento de Conurbação – MAC.

A área rural, hoje abrangendo as áreas de preservação dos mananciais, se incorpora ao conjunto de estratégias que visam o desenvolvimento sustentável do todo. A responsabilização do poder local sobre todas as suas áreas, as quais concorrem com demandas e suprimentos às centralidades das ARs, aumenta a sua capacidade de formulação de respostas adequadas à sustentabilidade ambiental e social, uma vez que passa a considerar o todo como um sistema indissolúvel e que funciona complementarmente. As atividades rurais, hoje em grande parte desenvolvidas no entorno da Rodovia dos Bandeirantes, assim como as áreas de preservação, passam a contar com políticas municipais de incentivo, inclusive tributário, para atender aos objetivos estratégicos que irão integrá-las no desenvolvimento geral do Município. O reconhecimento da cidade informal, na área intensiva representa sua inserção na estrutura urbana, com a adoção de padrões especiais que mantenham, dentro de suas características próprias, a qualidade de vida dos seus moradores.

As áreas de ocupação irregular nas Macrozonas de Estruturação Urbana Consolidada e Prioritária-MEUC e MEUP, hoje sem perspectiva de adequação a uma proposta integrada, passam a ser objeto de regularização, restrita aos limites atuais, com definição de tecnologias alternativas que garantam sua auto sustentabilidade. A disponibilização de novas áreas, em locais adequados e dentro de um projeto de estrutura urbana completa, vinculado a um cadastramento dos loteamentos clandestinos para sua regularização, através de uma parceria com o Município e com os proprietários de glebas, possibilitará a criação da figura do "Urbanizador Social", numa operação de urbanização progressiva sobre locais previamente determinados, tanto na MEUC quanto na MEUP.

O reconhecimento da diversidade, que se apresenta na proposta do Plano demonstra sua vertente socioeconômica, ao contemplar atividades e população de todo tipo: num primeiro nível, na identificação das Macrozonas, através da caracterização de suas peculiaridades socioeconômicas e ambientais, e num nível mais específico, com a definição dos Corredores de Desenvolvimento Tecnológico de Sumaré - CDTS, com incentivo para a compatibilização de usos focados nas altas tecnologias de informação e comunicação e empresas de grande porte não poluentes, com a priorização de investimentos; pelo PGR – Polígono de Gabarito Restrito, junto à área central histórica, identificando uma parte da cidade que deverá ser valorizada por seu caráter histórico e estruturador; pelas áreas com características próprias, como a cidade de baixa densidade junto à zona rural, constituindo uma área com potencial para se tornar uma "Cidade Ambiental e Tecnológica", ao sul do Município; e as faixas nos limites do Município a norte e leste que indicam uma grande potencialidade para a articulação com a Região Metropolitana, com a possibilidade de canalizar investimentos

de grande porte em projetos de polarização metropolitana no Corredor Anhanguera e de localizar empreendimentos geradores de postos de trabalho.

A busca da descentralização de atividades através da policentralidade¹¹, foi incorporada pela proposta dos Corredores CDTS e do Anel Viário Orquídea, avançando em relação ao conceito do polo pontual, que reproduz o modelo do polo central, com acessibilidade prejudicada, devido à sua forma. O potencial linear de centralidade, ao contrário, disponibiliza várias alternativas para empreendimentos polarizadores, reforçando a trama bidirecional que descentraliza os interesses da cidade, e pela característica linear, sua superfície de articulação com a estrutura urbana se amplia, reduzindo a necessidade de deslocamentos e facilitando a acessibilidade. Da mesma forma, a disponibilidade de áreas estratégicas para projetos especiais, tanto de caráter público (parques, equipamentos culturais ou recreativos) como de caráter privado (grandes empreendimentos) suscita uma variada gama de alternativas para a centralidade destas faixas, além de outras áreas com polarização metropolitana como a que se propõe no Corredor de Desenvolvimento ZC Anhanguera, constituindo locais indicados também para a realização de operações concertadas entre os setores público e privado.

Portanto o PDDS dispõe sobre a valorização da identidade cultural e natural do Município, através da articulação de um sistema de espaços abertos (aqui considerados todos aqueles que funcionam como ponto de integração social e cultural da população), no qual se inserem as áreas de preservação natural e os elementos de interesse para preservação histórica e cultural do Município.

A integração metropolitana, reconhecendo a continuidade urbana e de deslocamentos que ocorre a leste do Município, e a grande acessibilidade da zona norte para a Região Metropolitana em diversas direções, de forma a possibilitar que estas características sejam potencializadas, são requalificadas através da capacidade operacional, da segurança e das repercussões ambientais do trânsito, através da complementação da malha viária básica, da priorização ao transporte de massa, da redução da necessidade de deslocamentos e da estratificação viária, com possibilidades de alternativas modais e rede de terminais de integração.

A simplificação dos dispositivos de controle da edificação, visando a densificação controlada, a distribuição estratégica do solo criado, a diversidade morfológica e a incorporação ao poder público do papel de articulador de projetos especiais, sendo o tema mais polêmico, teve estes pressupostos compatibilizados com as expectativas das entidades civis que se manifestaram pela alteração das características da morfologia edilícia existente e executada até agora.

Outro ponto de grande importância é a qualificação ambiental, considerando o conjunto ambiente natural / ambiente construído e buscando valorizar a paisagem como um todo, com a definição de projetos especiais que possibilitem a sustentabilidade das áreas de preservação, através da implantação de atividades adequadas a este fim. Também a recuperação de ecossistemas degradados e a integração da ação da concessionária de saneamento, assim como a previsão de projetos na área de conservação de energia são essenciais para o cumprimento deste objetivo.

A promoção econômica através da integração com o Plano de Desenvolvimento Econômico, que deverá ser elaborado logo a seguir à aprovação do PDDS, e todas as suas propostas para a geração de postos de trabalho e alternativas de atividades vinculadas aos serviços advindos das altas tecnologias e ao aumento do padrão dos empreendimentos habitacionais, irá ser a proposta reversa do modelo atual, uma vez

¹¹ A noção de policentrismo relaciona-se à existência de centros urbanos articulados em rede, com diferentes funções econômicas e de gestão, bem como com distintas capacidades e condições de centralidade urbana.

que as contrapartidas serão investidas nos projetos e programas de melhoria de qualidade de vida da população.

O pensamento é de se alcançar um padrão de equilíbrio econômico em que a escala humana seja respeitada em todos os seus matizes.

O que se propõe é, portanto, redisciplinar, de forma mais rigorosa, o uso e o parcelamento do solo, de sorte que, naturalmente toda a infraestrutura necessária para os empreendimentos passa a ser de responsabilidade do investidor, e o mesmo deverá oferecer contrapartidas investindo nas necessidades prioritárias para melhoria da qualidade de vida nas áreas em vulnerabilidade, em especial na produção das HIS e qualificação profissional.

A finalidade maior é a de condicionar a iniciativa privada a participar ativamente no processo de desenvolvimento econômico-social da cidade, por meio das contrapartidas, ou seja, por meio da obediência às exigências estabelecidas pelo poder público, principalmente à Lei do Plano Diretor de Sumaré.

Além disso, foi importante reconhecer que o Poder Público não tem os recursos econômicos necessários para suportar um crescimento vertiginoso, tendo em vista que sua população aumenta dia a dia, ressaltando-se e tendo claro que o crescimento por si só é desinteressante, sendo necessário o crescimento com qualidade de vida para a população.

Ou seja, desenvolvimento, não crescimento, que na maioria das vezes e na concepção de algumas correntes e partidos arquitetônicos mais conservadores se constitui em “inchaço/adensamento”.

Não bastasse a falta de recursos, o Poder Público também não tem instrumentos para breicar esse crescimento, tanto em razão de sua localização estratégica quanto em razão da pujança financeira da região, além das potencialidades elencadas anteriormente, e por consequência atrai um intenso fluxo migratório, além de importantes investimentos privados, na maioria das vezes com objetivo meramente mercadológico sem a necessária preocupação com a qualidade de vida da população.

Diante dessa realidade do Poder Público, é importante que a iniciativa privada invista no mercado, mas que, além disso, obviamente e obrigatoriamente também invista na estrutura da cidade, de maneira participativa, responsável e sustentável. Ou seja, se por um lado o Poder Público não tem recursos financeiros para sozinho sustentar o crescimento, a iniciativa privada, por outro lado, tem esses recursos para, por meio de contrapartidas, transformar o mero crescimento em crescimento sustentável, ou melhor, em desenvolvimento sustentável.

Da mesma maneira, se por um lado, o Poder Público não possui instrumentos para breicar o crescimento, possui sim, por outro lado, instrumentos para fazer com que esse crescimento - que é inevitável - seja responsável.

Sabemos também que o desenvolvimento é um processo lento, desigual e complexo. Torna-se essencial articular, sensibilizar e mobilizar as comunidades e suas lideranças, pois os processos de mudança só serão efetivos se houver vontade, compromisso e engajamento de todos os atores sociais envolvidos.

Nesse sentido, verifica-se um amplo esforço do governo municipal no desenvolvimento de parcerias entre entidades públicas, privadas, civis e empresariais, bem como instituições de ensino e pesquisa para superar desafios e reduzir desigualdades sociais.

Na verdade, a prefeitura assume papel decisivo na hora de identificar as demandas e definir as prioridades municipais. Os pequenos negócios – maioria entre as empresas formais e que geram em média 53% dos empregos – são parceiros estratégicos dessa agenda do desenvolvimento. O desafio está em transformar esse potencial em produtos atraentes ao mercado. Isso requer estratégia, planejamento, ação política, integração.

O propósito é qualificar a gestão, possibilitar diferenciais competitivos e, assim, ampliar mercado, acessar crédito e desenvolver uma cultura sustentável e inovadora. Por isso, a atuação integrada com todas as instituições para otimizar recursos e energia, evitando sobreposições e garantindo efetividade.

A inovação não ocorre em qualquer lugar, mas sim tende a aglomerar-se em determinados locais.

Isso ocorre, essencialmente, por três motivos: o primeiro motivo é que a introdução de novos produtos e processos produtivos requer a colaboração de uma pluralidade de atores, econômicos e não econômicos (empresas, universidades, centros de pesquisa, serviços avançados etc.); isto é, configura-se como um processo conjunto de criação e aplicação de novos conhecimentos, que é facilitado pela proximidade territorial (Asheim; Gertler, 2005)¹². O segundo motivo refere-se à importância dos bens coletivos locais para a competição, os quais criam vantagens para as empresas, tanto por reduzirem seus custos de produção, quanto por aumentarem sua capacidade inovadora. O terceiro motivo refere-se aos spillover¹³ de conhecimento, ou seja, à difusão das informações e dos conhecimentos que são produzidos nas atividades de pesquisa e de inovação. Os desempenhos inovadores das empresas, na verdade, não dependem somente dos recursos que essas empregam na pesquisa, mas também daqueles investidos por outras empresas do mesmo setor ou de setores contíguos, como também pelas universidades, pelos centros de pesquisa etc., e, portanto, a apropriação desses spillovers está vinculada à proximidade da fonte dos novos conhecimentos.

Admite-se, definitivamente, que os espaços territoriais da cidade devem cumprir estas e outras funções, ou seja, dentro do que se veio a chamar de “multifuncionalidade”, incluindo desde a geração de produtos de qualidade, serviços e comércios até a conservação da biodiversidade, bem como no sentido de converter-se num espaço de ócio e entretenimento.

Nesse contexto, há que frisar que o território é assumido como um meta-conceito que ilumina a criação de um novo marco de orientação em termos de políticas públicas.

Assim este PDDS admite:

- I. Que é preciso romper com a velha dicotomia rural-urbano que associava o primeiro ao atraso e o segundo ao dinâmico. Territórios não são meramente expressão de limites físicos;
- II. “Bons projetos moldam os territórios”, afirma o geógrafo francês Bernard Kayser¹⁴, mas há que pensar que bons territórios também fazem aflorar bons projetos;
- III. Território é interação social, mas é também espaço de tensões, de conflitos, de alianças e de pactos em torno de objetivos de médio e longo prazo;
- IV. A ideia de território pressupõe a busca por transpor as armadilhas dos localismos, da municipalização e, no limite, da “prefeiturização”;
- V. A abordagem territorial envolve a necessária transição do enfoque setorial para o enfoque espacial. Não pode ser visto como a reiteração de iniciativas ligadas à criação ou ao fortalecimento de cadeias produtivas. A ideia de cadeias de valor, como no caso de indicações geográficas, envolve a valorização não apenas de um produto (carro, goiaba ou aço, etc.), mas de uma cesta de produtos e de serviços que articulam em torno de si diversos atores e segmentos (turismo, serviços, hotelaria, comércio, indústria e outros);
- VI. O “Território” contempla o esforço de conciliar a atuação de entes públicos e privados em torno de uma ideia-guia ou um plano de rota. É fruto da negociação, de uma disposição longitudinal (preferencialmente de baixo para cima, ascendente ou bottom-up¹⁵), mas também transversal, estabelecendo o que entende como

¹² ASHEIM, B.T.; GERTLER, M.S. *The Geography of Innovation: Regional Innovation Systems*. In: FAGERBERG, J; MOWERY, D.C; NELSON, R.R. (Eds.). *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

¹³ Spillover de crescimento é o transbordamento do crescimento de uma economia para outra.

¹⁴ Kayser (Bernard). — *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris, A. Colin, 1989, 316 p., tabl., bibliogr., ffig.

¹⁵ O termo Bottom-up traz o significado de uma abordagem realizada **de baixo para cima**. Ela consiste em um processo de análise e comportamento de informações que utiliza a compreensão de subdivisões dos assuntos para uma percepção mais completa e com uma

governança multinível. A atuação estatal pressupõe a ideia de um ente facilitador da interlocução entre os diversos agentes e grupos de interesse, de operar as trocas materiais e simbólicas entre os atores, os quais devem expressar seu compromisso através de contrapartidas e não somente com base em comportamentos meramente oportunistas e imediatistas.

A introdução dos aspectos relativos à política habitacional, vinculando o papel do PDDS a uma gestão mais democrática em relação à distribuição de renda urbana e à universalização do direito à cidade, com vistas a incidir na produção urbana, através da qualificação da habitação de interesse social e o acesso à terra urbanizada também foram associados à melhoria do padrão dos empreendimentos, incentivando a criação de vilas, na contramão de projetos de EHS “produto” MCMV – Minha casa, Minha vida, com faixas de rendimentos bem baixos. Um dos instrumentos a ser incorporado nesta política é o Solo Criado, concebido no sentido de constituir, mais do que um indutor de estratégias de desenvolvimento urbano, um componente do conjunto de medidas que deverão implementar a capacidade de atendimento à demanda por moradia de caráter social, por parte do Município.

Partindo do pressuposto de que a cidade precisa desenvolver mecanismos para equilibrar a relação entre a parte formal e a informal, é coerente a proposição de que uma possa, pelo menos parcialmente, financiar a qualificação da outra. Perseguir uma cidade socialmente justa implica na consciência de que ela é um todo, e que a qualidade de vida de uma área não é compensatória à desestruturação de outra. Ambas representam os dois lados de um mesmo organismo urbano, econômico e social que precisa obter urgentes respostas às suas necessidades essenciais. No processo de desenvolvimento sustentável que Sumaré vem construindo, a consolidação do planejamento estratégico e participativo a partir do PDDS que estamos apresentando será essencial para que seus potenciais sejam plenamente realizados.

Todavia, reconhecer os atributos e vantagens da abordagem territorial coloca-nos diante das armadilhas da visão normativa e instrumental: por que alguns territórios supostamente “dão certo”, convertendo-se em espaços dinâmicos e articulados, onde aflora a inovação e a criatividade, enquanto outros permanecem estagnados e eternamente dependentes das ajudas governamentais, com uma escassa densidade de seu tecido social e produtivo? A incapacidade de responder a este grande dilema desafia a capacidade interpretativa de três ferramentas conceituais bastante potentes.

A primeira delas é o que se pode considerar como “capital humano”. A segunda, a de “capital social”. A terceira, não menos importante, é a “abordagem institucional”.

Quanto aos possíveis impactos da identidade territorial no processo de desenvolvimento, Pollice (2010, p. 18-20)¹⁶ destaca oito aspectos:

1. A identidade territorial tende a reforçar o poder normativo dos valores éticos e comportamentais localmente compartilhados;
2. A identidade territorial contribui para melhorar a transferência intrageracional e intergeracional do saber;
3. O sentido de pertença constitui o cimento do sistema econômico territorial;
4. É necessário que o conjunto de empresas locais se fundamente numa reinterpretação crítica e inovadora;
5. A capacidade de auto-organização dos sistemas territoriais está profundamente ligada à possibilidade de criar alguns mecanismos de introjeção da mudança;
6. O desenvolvimento endógeno se substancia na capacidade da comunidade local de valorização do território, em particular os recursos não localizáveis que constituem elemento de diferenciação;

nova interpretação das partes que formam o todo, ou seja, analisa e descreve os elementos mais básicos para formar um resultado maior, largamente utilizada pelo urbanismo moderno.

¹⁶ POLLICE, F. *O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. Tradução de Andrea Galhardi de Oliveira, Renato Crioni, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, n. 27, p. 7-23, jan./jun. 2010.*

7. A expressão mais significativa desta relação identitária entre a estratégia de desenvolvimento e a cultura do território é dada por mecanismos de convergência política e de compartilhamento projetual, reduzindo os comportamentos oportunistas ou ideológicos das forças que ali se confrontam e, finalmente,

8. Os sentimentos identitários determinam, no nível local, um apego afetivo aos valores paisagísticos e culturais do território.

Portanto consideram-se como fundamentais os aspectos ressaltados pelo autor acima, tendo em vista o tema do presente Diagnóstico e conseqüentemente seu Prognóstico.

O desenvolvimento sustentável está encoberto por 08 dimensões, quais sejam, ecológica, econômica, social, cultural, psicológica, territorial, política nacional e internacional. Cada dimensão possui institutos e características próprias, devendo conceber que o desenvolvimento sustentável somente é alcançado quando todas estiverem delineadas. O desenvolvimento sustentável transcende o simples crescimento econômico prevendo a proteção do meio ambiente.

Portanto este PDDS entende que o desenvolvimento local integrado e sustentável é a única maneira de extinguir as diferenças sociais. Tal combate, frente à complexidade brasileira, só será possível com o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Para que isso ocorra, foi altamente considerado a vulnerabilidade e exclusão, heranças históricas de desigualdades sociais e regionais e características de concentração de renda, riqueza, conhecimento e poder.

A concepção de que a pobreza é causa e/ou consequência de degradação ambiental perdeu força a partir da segunda metade dos anos 90 do século XX a partir do reconhecimento de outros aspectos que conduzem à degradação, por exemplo, aos baixos investimentos governamentais. O desequilíbrio provocado pela concentração das pessoas nos centros urbanos está intimamente ligado à dimensão espacial. A formação das megalópoles tem origem nos crescentes índices de urbanização, consequência do êxodo rural ocasionado pela industrialização e pela era da informação.

A sustentabilidade urbana leva em conta a descentralização, procurando evitar o inchaço das grandes cidades e suas periferias insustentáveis para recuperar a escala humana em seus bairros e núcleos urbanos.

A sustentabilidade espacial abrange a organização do espaço e obedece a critérios superpostos de ocupação territorial e entrelaçados em uma rede natural duradoura para tentar recuperar, com esta complexa e diversificada trama, a qualidade de vida, a biodiversidade e a escala humana em cada fragmento, em cada bairro do sistema.

A dimensão cultural, por sua vez, é a promoção, preservação e divulgação da história, das tradições e dos valores regionais, bem como acompanhamento de suas transformações. Para que essa dimensão seja atingida, mister valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso a informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais. Demais disso, esta dimensão da sustentabilidade direciona-se às raízes dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, cultura e local.

Portanto as condições de sucesso do PDDS serão:

- I. Vontade das instituições implicadas a iniciar o processo;
- II. Que os representantes institucionais públicos e privados "liderem" o projeto;
- III. Dispor de uma estrutura técnica que ajude a desenvolver o processo de implementação do Plano e seus diversos instrumentos e o posterior controle e monitoramento;
- IV. Recursos (econômicos e humanos) para o projeto e

V. Senso comum e sensibilidade.

Portanto o PDDS preconiza a aprovação de uma legislação moderna, atual, atenta com os anseios da comunidade sumareense, que esteja na vanguarda do arcabouço que as grandes metrópoles produziram e que deram certo.

O Município terá que ser capaz de importar soluções e adaptá-las à realidade local e também produzir soluções inovadoras, que possam ser exportadas.

Esse é o ponto principal dos objetivos: modernização e inovação mantendo a escala humana em todos os seus sentidos.



SEGURANÇA
SAFETY



Redução da Criminalidade



Reducing Criminality

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ECONOMIC DEVELOPMENT

Trabalho em Sumaré

Investing in Sumaré

OBRAS E INFRAESTRUTURA
WORK AND INFRASTRUCTURE

Investimentos e novos equipamentos

Investments and new equipments

SUMARÉ

SÃO PAULO - BRAZIL



CITY'S BOOK

Edição Especial Bilingue - Special Bilingual Edition
Cópia de Distribuição - Distributional Distribution

2017/2018



NA AVENIDA REBOUÇAS,
A CIDADE ACELERA!

E A IGREJA MATRIZ
RENOVA OS
NOSSOS SONHOS.

AS ORQUÍDEAS
NÓS INSPIRAM

HÁ 20 ANOS CHEGÁVAMOS A SUMARÉ E, COM O APOIO DA
CIDADE, CONSTRUÍMOS UMA MARCA QUERIDA PELOS BRASILEIROS.

PARABÉNS PELOS 149 ANOS!

HONDA
The Power of Dreams

Casarão Parque da Floresta.



Arquiteto Responsável: Prof. Manoel de Jesus

Centro de Memória.



Arquiteto Responsável: Prof. Manoel de Jesus

Igreja Matriz



Sumaré, uma cidade de oportunidades e negócios.



Localizada na Região Metropolitana de Campinas, Sumaré oferece aos investidores infraestrutura completa. No transporte aéreo, Sumaré está próximo do Aeroporto Internacional de Viracopos, premiado pela 3ª vez como o melhor aeroporto do país. Na categoria de transporte executivo, Sumaré possui fácil acesso ao Aeroporto Campo dos

Amarais que opera diariamente na rota São Paulo e Rio de Janeiro. Sumaré é cercada pelas principais rodovias do Estado de São Paulo e cercada de renomadas universidades e centros tecnológicos. A localização desses fatores faz de Sumaré um excelente polo de investimentos, atraindo importantes empresas e indústrias.

Sumaré é destaque internacional no ranking das cidades do futuro

Um estudo divulgado pela FDI Magazine, equipe especializada em informações para investidores do Financial Times desenvolveu ranking das cidades com maior potencial para receber investimentos. Sumaré ocupa a 10ª posição no ranking na categoria das pequenas cidades americanas do futuro. O estudo analisou 428 localidades sob cinco categorias: potencial

econômico, ambiente de negócios, capital humano e estilo de vida, relação custo-benefício e conectividade. Sumaré se destacou no eixo custo-benefício. Esse reconhecimento internacional do potencial de Sumaré como uma cidade apta para receber investimentos, reforça a qualidade do ecossistema de negócios que a cidade oferece à potenciais investidores.

TOP 10 SMALL AMERICAN CITIES OF THE FUTURE 2017/18 - COST EFFECTIVENESS

RANK	CITY	STATE	COUNTRY
1	POSSILL	POSSILL	Estados Unidos
2	Scottsdale	Arizona	Estados Unidos
3	Chandler	Arizona	Estados Unidos
4	San Jose	California	Estados Unidos
5	Alhambra	California	Estados Unidos
6	San Diego	California	Estados Unidos
7	Phoenix	Arizona	Estados Unidos
8	San Antonio	Texas	Estados Unidos
9	San Jose	California	Estados Unidos
10	Sumaré	São Paulo	Brasil

Sumaré lidera crescimento das exportações na RMC

O comércio exterior na cidade está consideravelmente aquecido, de janeiro a julho de 2017 a balança comercial do município registrou um superávit de 6,25 milhões de dólares. A volta da atividade econômica refletiu diretamente no aumento das exportações um total de US\$ 280,39 milhões. Se comparado com o mesmo período do ano anterior houve um crescimento de 58,2%. Os setores de maior representatividade nas exportações foram: automotivos 21%, aeronáutica de veículos 12% e outras partes ligas de aço 12%.

Aeroporto Internacional de Viracopos.

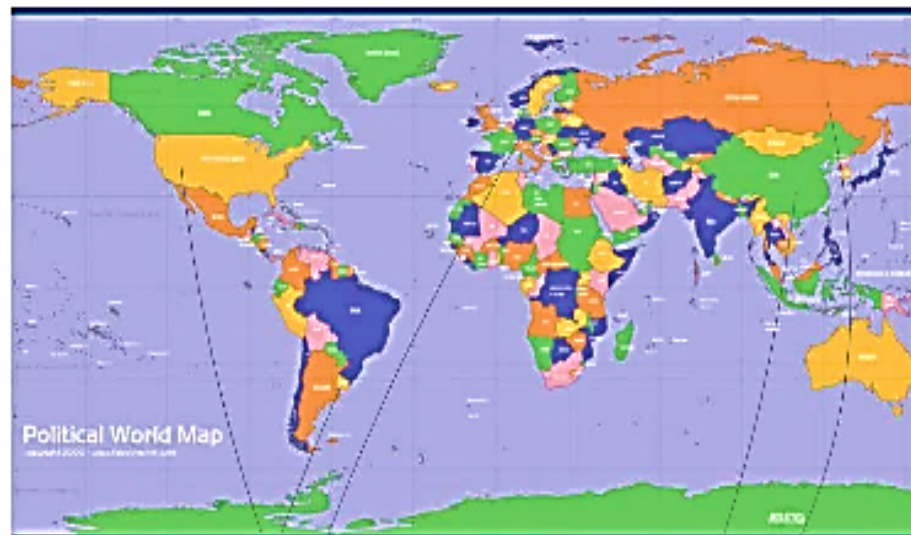


FOTO: Ricardo Lima/Traço

Origem das Importações de Sumaré Origin of Sumaré Import

IMPORTAÇÕES - IMPORT

Fonte: MDIC (2017)



- 1º Estados Unidos 19%
- 2º China 10%
- 3º Rússia 9,1%
- 4º Alemanha 8,3%
- 5º Uruguai 8%

Destino das Exportações de Sumaré Destination of Sumaré Export

EXPORTAÇÕES - EXPORT

Fonte: MDIC (2017)



- 1º Argentina 45%
- 2º Estados Unidos 13%
- 3º México 8,4%
- 4º Alemanha 7,8%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Planos Setoriais Consultados e Analisados:

Plano Diretor do Município de Sumaré (Lei Municipal nº 2500/92) - 1992;
DAEE - Plano de Macrodrenagem da Bacia do Ribeirão Quilombo - 2002;
Diagnóstico Físico-Territorial (Plano Diretor de 2006) – 2006;
Plano Municipal Viário – 2008;
Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) - 2010;
Plano de Expansão e Indução da Ocupação de Sumaré - 2012;
Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - 2013;
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – 2010-2013;
Projeto de Arborização Urbana, SMDPPM, 2013;
Plano de Saneamento do Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais - 2014;
Plano Municipal de Redução de Risco - 2015;
Diagnóstico da Proteção Integral – Kairós Desenvolvimento Social – 2015;
Estudos para a revisão do Plano Diretor 2016 – SEPLAN;
Plano Municipal de Educação de Sumaré 1º Ciclo (2015-2017);
Plano Municipal de Turismo – atualização 2019;
Plano Municipal de Saúde – atualização 2019;
Relatório Mundial 2018 – Repensar as Políticas Culturais;
Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL);
Plano Municipal de Assistência Social 2018/2021

Legislação Pesquisada e Analisada:

Lei Estadual n.º 1.187, de 16-12-1909, Denominação de Rebouças;
Decreto-lei Estadual n.º 14.334/44, Denominação de Sumaré;
Lei Estadual n.º 2.456/53, Desmembramento de Campinas;
Lei Estadual n.º 5.285/59, Criação Distrito Nova Veneza;
Lei Municipal nº. 313/61, Incentivos fiscais para empresas que venham se implantar em Sumaré;
Lei Estadual nº 6.884/62, Dispõe sobre os parques e florestas estaduais, monumentos naturais;
Lei Federal n.º 4320/64, Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
Lei Federal nº 4.504/64, Estatuto da Terra;
Lei Federal n.º 4.923/65, Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências;
Lei Municipal n.º 789/67, Oficialização do Brasão de Armas de Sumaré;
Lei Municipal n.º 790/67, Cria a Bandeira de Sumaré;
Lei Municipal n.º 721/67, Código de Posturas;
Lei Estadual nº 997/76, Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente;
Lei Estadual nº 1.172/76, Delimita as áreas de proteção relativa aos mananciais, cursos e reservatórios de água a que se refere o artigo 2º da Lei Estadual nº 898/75, e estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas;
Decreto Federal nº 6.177/77, Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;

Decreto Federal nº 80.978/77, Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972;

Lei Federal n.º 6766/79, Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências;

Lei Municipal n.º 6803/80, Zoneamento industrial;

Lei Federal n.º 6901/81, Estabelece as diretrizes para a criação das Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental (APA's);

Lei Estadual nº 3201/81, Critério para a apuração do Índice de Participação dos municípios paulistas no repasse do ICMS;

Lei Federal n.º 6.938/81, Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA;

Lei Estadual nº 4.056/84, Dispõe sobre a área mínima dos lotes no parcelamento do solo para fins urbanos;

Lei Federal n.º 7.347/1985, Lei da Ação Civil Pública;

Lei Estadual n.º 4957/85, Programa de Valorização de Terras Públicas;

Lei Estadual n.º 5.597/87, Estabelece normas e diretrizes para o zoneamento industrial no Estado de São Paulo;

Lei Municipal n.º 1922/1987, Criação do CONDEPHAEA - Conselho de Patrimônio Histórico;

Constituição Federal de 1988;

Lei Estadual n.º 6.134/88, Preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de SP;

Lei Estadual n.º 6.171/88, já alterada pela Lei Estadual nº 8.421/93, o uso, conservação e preservação do solo agrícola;

Lei Municipal n.º 2005/88, Proteção da bacia do Córrego Taquara Branca;

Lei Municipal n.º 2005/88, Proteção dos mananciais;

Lei n.º 2048/89 - Convênio consórcio PCJ;

Lei Estadual n.º 6.536/89, Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de interesses Difusos Lesados, no Ministério Público do Estado de São Paulo;

Lei Federal n.º 7.990/89, Compensação Financeira sobre Exploração de Gás, Energia Elétrica, Óleo Bruto, Xisto Betuminoso;

Lei Federal n.º 7802/89, Regulamenta o uso de agrotóxicos;

Lei Federal n.º 7735/89, Criação do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

Lei Federal nº 8069/90, ECA- Estatuto da Criança e do adolescente;

Lei Federal n.º 8171/91, Criação das diretrizes da Política Agrícola Nacional;

Lei Estadual n.º 7.644/91, Desmembra do Município de Sumaré o Distrito de Hortolândia e é elevado à categoria de Município;

Lei Estadual n.º 7.663/91, Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Lei Estadual n.º 7.750/92, Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento, e dá outras providências;

Lei Federal 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

Lei Estadual n.º 8510/93, Critério para a apuração do Índice de Participação dos municípios paulistas no repasse do ICMS;

Lei Estadual n.º 9.034/94, Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH, a ser implantado no período 1994 e 1995, em conformidade com a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que instituiu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos;

Lei Estadual n.º 9.146/95, Cria mecanismos de compensação financeira para Municípios nos casos que especifica, e dá providências correlatas;

Lei Municipal n.º 2831/95, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;

LDB n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira;

Lei Federal n.º 9.424/96, FUNDEF;

Lei Complementar Federal n.º 5.172/96, Código Tributário Nacional;

Lei Estadual n.º 9.866/97, Proteção estadual dos mananciais paulistas;

Lei Estadual n.º 9.433/97, Lei de Recursos Hídricos;

Lei Estadual n.º 9.509/97, Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação (SEAQUA);

Lei Estadual n.º 9.989/98, Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo;

Lei Federal n.º 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais;

Lei Complementar Estadual n.º 870/00, Criação da RMC;

Lei 3496/00, Criação do Parque Ecológico do Horto Florestal;

Lei Complementar Federal n.º 101/00, Responsabilidade Fiscal;

Lei Orgânica Municipal;

Lei Estadual n.º 10.780/01, Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências;

Lei Federal n.º 10.257/01, Estatuto da Cidade;

Lei Estadual n.º 11.241/02, Eliminação do uso do fogo como método despalhador e facilitador do corte da cana-de-açúcar;

Lei Municipal n.º 3752/02, Loteamento Fechado;

Lei Estadual n.º 8.510/03, Altera a Lei n.º 3.201/81, ICMS;

Lei Municipal n.º 3804/03, Instalação de Sistema de Transmissão;

Decreto Federal n.º 47.700/03, Determinando que a queimada da palha da cana-de-açúcar seja totalmente substituída em 30 anos;

Lei Federal n.º 11.326/04, Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Lei Estadual n.º 11.977/05, Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado dá outras providências;

Decreto Federal n.º 5.753/06, Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003;

Decreto Federal n.º 5.760/06, Promulga o Segundo Protocolo relativo à Convenção de Haia de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado;

Lei Federal n.º 11284/2006, Lei de Gestão de Florestas Públicas;

Lei Municipal n.º 4250/06, Plano Diretor de Sumaré e criação das atuais ARs – Administrações Regionais;

Lei Municipal n.º 4300/06, Dispõe sobre a criação da Comissão de Ordenamento Territorial – COT;

Lei Estadual n.º 12.300/06, Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes;

Lei Municipal n.º 4169/06, Dispõe sobre o sistema de limpeza pública no município;

Lei Municipal n.º 4211/06, Diretrizes sobre arborização urbana;

Lei Municipal n.º 4233/06, Cria o programa de defesa municipal ambiental;

Lei Estadual n.º 12.780/07, Institui a Política Estadual de Educação Ambiental;

Lei Federal n.º 11.494/07, FUNDEB;

Lei Complementar Federal n.º 123/07, Estatuto Geral das Micro e Pequenas Empresas;
Lei Estadual n.º 12.927/08, Dispõe sobre a recomposição de reserva legal, no âmbito do Estado SP;
Lei Municipal n.º 4676/08, Código de Obras;
Lei Municipal n.º 4880/09, Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social;
Lei Municipal n.º 4919/09, Criação dos CEFEMS;
Lei Estadual n.º 13.798/09, Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC;
Lei Federal nº 11.977/09, Programa Minha Casa, Minha Vida;
Lei Municipal 4859/09, Código Ambiental;
Lei Federal n.º 12.305/10, Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e altera a Lei Federal n.º 9.605/98;
Lei Municipal n.º 5189/11, Perímetro Urbano;
Lei Municipal n.º 5273/11, Incentivos fiscais;
Lei Municipal n.º 5596/11, Incentivos fiscais;
Lei Federal n.º 12.727/12, Código Florestal Brasileiro;
Decreto Municipal nº 9157/13, Drenagem;
Lei Federal n.º 13.089/15, Estatuto da Metrópole;
Lei Municipal n.º 5793/15, Licenciamento Ambiental;
Lei Municipal n.º 5.784/15, Plano Municipal de Educação;
Lei Municipal n.º 5805/15, Comissão de Ordenamento Territorial (COT);
Lei Estadual n.º 16.115/16, Planos Públicos de Aproveitamento e Valorização dos Recursos Fundiários do Estado;
Portaria n.º 2.436/17, Ministério da Saúde, Política Nacional de Atenção Básica;
Lei Municipal n.º 6124/18, Mobilidade Urbana;
Lei Federal n.º 13.777/18, Multipropriedade;
Lei Municipal n.º 6148/19, Sanções para crimes controle de endemias.
Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA) 2018/19;

Planos Diretores e Zoneamento - Municípios Pesquisados

Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Paulínia e Campinas.

Fontes Pesquisadas:

- ✓ AGENCAMP – Agência Metropolitana de Campinas
- ✓ Agências das Bacias PCJ
- ✓ Arquivo Público do Estado de São Paulo
- ✓ Associação Pró-Memória de Sumaré
- ✓ Biblioteca Nacional
- ✓ Câmara Municipal de Sumaré
- ✓ CEF- Caixa Econômica Federal;
- ✓ Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura - CEPAGRI/UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas
- ✓ CEPEA - Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)
- ✓ DAEE-SP - Departamento de Águas e Energia Elétrica
- ✓ DATASus - Departamento de Informática do SUS

- ✓ DER – Diretoria de Ensino Região de Sumaré;
- ✓ EMLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
- ✓ Engecorps Engenharia S.A.
- ✓ FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- ✓ FJP – Fundação João Pinheiro
- ✓ Fundação IBGE
- ✓ Fundação SEADE
- ✓ Fundação WIKIPEDIA
- ✓ FUPAM - Fundação Para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente
- ✓ IFESP – Instituto Florestal do Estado de São Paulo
- ✓ IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico
- ✓ INP - Índice Nacional de Preços
- ✓ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ✓ IPT - Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo
- ✓ ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
- ✓ Ministério do Desenvolvimento Social
- ✓ Ministério do Trabalho - RAIS, CAGED
- ✓ Ministério da Saúde
- ✓ Museu da Imigração – Cartas Cartográficas
- ✓ NEPO - Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Unicamp
- ✓ NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
- ✓ Observatório PUC-Campinas
- ✓ Organização Mundial da Saúde (OMS)
- ✓ Organização das Nações Unidas Brasil
- ✓ PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- ✓ Projeto “O Horto é nosso” – Associação dos Amigos do Horto Florestal de Sumaré
- ✓ Projeto Radambrasil
- ✓ Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA - CATI/SAA)
- ✓ Secretaria de Estado da Saúde
- ✓ Secretaria Estadual da Fazenda
- ✓ Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
- ✓ Tribunal Superior Eleitoral – TSE
- ✓ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- ✓ Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (UGRHI-5)

Autores Pesquisados:

1. ADRIELLI ALLOI - Texto publicado no Jornal Tribuna Liberal de 05/01/2018.
2. _____. As ilusões do plano diretor. Disponível em: <www.usp.br/fau/fau/galeria/p%C3%A1ginas/index.html>. Acesso em: 16/07/2019.
3. AB'SABER, Aziz Nacib. A Geomorfologia do Estado de São Paulo. São Paulo, EMLASA, 1981.
4. ACSELRAD, H. (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
5. AGUIRRE, João Batista dos Campos, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. XXXI.
6. ALPHANDÉRY, P. et al. O equívoco ecológico. São Paulo: Brasiliense, 1992.

7. ALVAREZ, I. A. Qualidade do espaço urbano: uma proposta de índice de avaliação. Tese (doutorado) Escola Sup. de Agricultura L.Q., Piracicaba/04. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11136/tde-22102004-165714/ptbr.php>. Acesso em: 06/05/ 2019.
8. AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. Brasília: IPEA, n.14, p.35-73, dez. 1996.
9. ANDRADE, M.R.de O.O destino incerto da educação entre os assentados rurais do Estado de São Paulo. Campinas, 1993. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação/ UNICAMP.
10. ANDRADE, N. A. et al. Planejamento govern. p/ municípios: plano plurianual, lei diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. SP: Atlas/05.
11. ARAUJO, Maria de Fátima Infante. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS: REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. São Paulo Perspectiva. jan/mar. 2001, vol.15, no.1, p.20-30.
12. ARMAS, E.D.; MONTEIRO, R.T.R.; ANTUNES, P.M.; SANTOS, M.A.P.F.; CAMARGO, P.B.; ABARKELI, R.B. 2007. Diagnóstico espaço-temporal da ocorrência de herbicidas nas águas superf. e sedimentos do Rio Corumbataí e princ. afluentes. Quim.Nova, 30(5): 1119-1127.
13. ASHEIM, B.T; GERTLER, M.S. The Geography of Innovation: Regional Innovation Systems. In: FAGERBERG, J; MOWERY, D.C; NELSON, R.R. (Eds.). The Oxford Handbook of Innovation. Oxford: Oxford University Press, 2005.
14. AUGUSTO FILHO, O. 1992. Caracterização geológico-geotécnica voltada à estabilização de encostas: uma proposta metodológica. In: Conferência Brasileira sobre estabilidade de encostas,1,1992, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABMS/ABGE. p. 721-733.
15. BARZELAY, M. The new public management: improving research and policy dialogue. University of California. California: Ucpres, 2001.
16. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria Edy. Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.
17. BERGAMASCO, Sonia M. Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. O que são assentamentos rurais? São Paulo: Brasiliense, 1996.
18. BERTAUD, Alain. Order Without Design: How Markets Shape Cities; MIT Press, 2018.
19. BOBBIO, N. Curso de introdução à ciência política: o significado de política. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.
20. BORDE, Andréa. Vazios Urbanos: Avaliação Histórica e Perspectiva contemporânea. 2006.242f. Tese (doutorado em urbanismo). Programa de Pós-graduação em Urbanismo. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.
21. BORJA, J. Barcelona: um modelo de transformación urbana. Série Gestión Urbana,v.4. Quito: programa de Gestión Urbana,1995. (Gestión urbana, v.4).
22. BRASIL. Constituição Federal, 1988.
23. BRASIL. Curso à Distância: Planos Locais de Habitação e Interesse Social, Brasília, Min. das Cidades, 2009.
24. CALAVITA, Nico; MALLACH, Alan (2010). Inclusionary Housing in International Perspective: Affordable Housing, Social Inclusion, and Land Value Recapture. Lincoln Institute of Land Policy.
25. CASSIOLATO; LASTRES, 2004, p. 10- 11 Arranjos Produtivos Locais (APLs).
26. CASTRO, Julián (2013). "Inclusionary Zoning and Mixed-Income Communities". Evidence Matters. Spring 2013 – via Office of Policy Development and Research (PD&R) U.S. Department of Housing and Urban Development.

27. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
28. CERTO, S.; PETER, P. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.
29. CIDADES - Ministério das Cidades. Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: CONFEA, 2004.
30. HARVEY, David. Cidades Rebeldes - Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. Martins Fontes, 2014
- 31.
32. CIDADES - Ministério das Cidades. Programas Urbanos. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 22/07/2019.
33. Centro Ibero-americano de Desarrollo Estratégico Urbano. 10 anos de la planificación estratégica em Iberoamérica. Barcelona: CIDEU, 2004.
34. CLEMENTE, A. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 1994.
35. CLEMENTE, Juliana Carvalho. Vazio Urbano ou Subutilizado? Entre conceitos e classificações. Cadernos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. ISSN 1809-4120. 2011.
36. COLOMBO, Jairo Cezar, Diagnóstico e Diretrizes para plano diretor de drenagem urbana, Ribeirão Quilombo-Americana-SP.
37. CRUZ, L. C; LARA. L.G; Valoração ambiental aplicada a uma área verde urbana com enfoque numa abordagem mesoclimática - parque municipal das mangabeiras, Belo Horizonte - MG. IX Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica Climatologia e Gestão do Território. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.unipacbetim.com.br/site/noticias/arq/d02a2014265910739548e78b4f665956.pdf>. Acesso em: 06/ maio/ 2019.
38. DINIZ, Clélio Campolina. Impactos territoriais da reestruturação produtiva in: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.). O Futuro das Metrópoles: Desigualdades e Governabilidade. Rio de Janeiro, Editora Revan (Observatório IPPUR/UFRJ), 2000.
39. DITTMAR. A.C.C. Paisagem e morfologia de vazios urbanos: análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba – Paraná. 251 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. 2006.
40. DIXIT, A. K.; NALEBUFF, B. J. Pensando estrategicamente: a vantagem competitiva nos negócios, na política e no dia-a-dia. São Paulo: Atlas, 1994.
41. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
42. DRUCKER, P. F. Sociedade pós-capitalista. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
43. DRUCKER, P. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1987.
44. DUARTE Jr; PEDRONI; ARAÚJO, 1975, Sumaré Edição Histórica de 1975.
45. EBNER, Iris de Almeida Rezende. Vazios Urbanos: uma abordagem do ambiente construído. 1997. 217f. Dissertação (mestrado em estruturas ambientais e urbanas). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismos. USP. São Paulo, 1997.
46. Entrevista com Edson Gordiano da Silva (“Edinho”) realizada por Antonio Douglas Campos da Silva, em agosto de 2017.
47. ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidades. 2ª. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coord. Publicações/02.
48. ESTEVE, J. M. P. De la planificación a la gestión estratégica de las ciudades. Barcelona: Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano, 2000.

49. FERNÁNDEZ, Gonzalo Álvaro Vázquez. Análise da erosão do solo usando a EUPS, através de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, INPE São José dos Campos 1996.
50. FERRARI, C. Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.
51. FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil In: Anais do Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização. Bauru, UNESP, 2005.
52. FISCHER, E.G. 2003. Proposição e aplicação de metodologia de gerenciamento integrado dos rios Corumbataí e Passa Cinco da bacia do Piracicaba por meio de banco de dados georreferenciado e modelagem matemática. Tese apresentada na Universidade de São Paulo, Piracicaba, para obtenção de título de Doutor. 211p.
53. Fórum Econômico Mundial – DAVOS/2019, Suíça - Nova Era Econômica: Globalização 4.0.
54. FRANCO, Augusto de. Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Instituto de política, Brasília – DF, 2001.
55. FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.21, p.211-259, jun. 2000.
56. GEHL, Jan. Cidades Para Pessoas, PERSPECTIVA, 2013.
57. GERTLER, M. (2003). Tacit knowledge and the economic geography of context, or the undefinable tacitness of being (there), Journal of Economic Geography, n. 3, pp. 75–99.
58. GIBBS, Robert J. Principles of Urban Retail Planning and Development 1st Edition, John Wiley and Sons Inc. 2012.
59. GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Nova economia, Belo Horizonte, vol. 7, n.1, p.43-81, Maio,1997.
60. GOULD, Marya Cotton; HENRIQUEZ, Gregory; ENRIGHT, Robert. Citizen City: Vancouver's Henriquez Partners Challenges Architects to Engage in Partnerships That Advance Cultural Sustainability, 2016.
61. GUNN, Philip Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles? In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). O Novo Brasil Urbano: Impasses/Dilemas/Perspectivas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995.
62. HERZOG, Cecilia Polacow. Cidades Para Todos. (Re)aprendendo A Conviver Com A Natureza, 2013.
63. INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT) Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo, escala 1:1 000.000. Vol. 1 e 2. São Paulo, 1981.
64. JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades, Random House, Nova Iorque,1961.
65. JACOBI, P. Meio ambiente e sociedade. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima — CEPAM, 1999. Edição especial.
66. KATZMAN, R. Vulnerab, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.
67. KAYSER (Bernard). — La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris, A. Colin, 1989, 316 p., tabl., bi- bliogr.
68. LANGENBUCH, Juergen Richard. A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971.
69. LERNER, Jaime. Acupuntura Urbana Editora: RECORD Rio de Janeiro ISBN: 8501068519 1ª Edição – 2003.
70. LERNER, Jaime. Vizinho, Parente por Parte de Rua Editora: RECORD Rio de Janeiro ISBN: 8501068772 1stª Edition – 2005.

71. Levantamento Pedológico e Mapeamento do Risco de Erosão dos Solos da Microbacia do Córrego Taquara Branca, Sumaré, SP, elaborada pelos Técnicos João Roberto Ferreira Menk e José Iguelmar Miranda, do Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental (CNPMA) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).
72. LLONA, M.; LUYO, M.; MELGAR, W. La planificación estratégica del desarrollo local en Perú: análisis de casos. Lima: Escuela para el Desarrollo, 2003.
73. LORES, Raul Juste. São Paulo nas Alturas, Três Estrelas, 2017.
74. LUNDVALL, B.-Å and Johnson, B. (1994), "The learning economy", Journal of Industry Studies, Vol. 1, No. 2, December 1994, pp. 23-42.
75. MACEDO, E.S.; OGURA, A.T.; CANIL, K.; ALMEIDA FILHO, G.S; GRAMANI, M.F.; SILVA, F.C.; CORSI, A.C.; MIRANDOLA, F.A. Modelos de fichas descritivas para áreas de risco de deslizamento, inundação e erosão. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS, 1, 2004, Florianópolis. Anais...Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004, p. 892-907, CD-ROM.
76. MARICATO, Ermínia. Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
77. MATHEUS, Delwek. Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga: uma alternativa de uso e ocupação do solo. Mimeo, São Paulo, 2007.
78. MATUS, C. Planejamento, orçamentos e gerência. Revista ABOP, n. 29/88. Brasília, 1987.
79. MELETTI, P.C. 1997. Avaliação da qualidade da água e do sedimento na bacia do Piracicaba, SP, através de parâmetros ecotoxicológicos. Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental. 149p.
80. MENK, J.R.F.; MIRANDA, J.I. Levantamento pedológico e mapeamento do risco de erosão dos solos da microbacia do córrego Taquara Branca - Sumaré/SP. Jaguariúna: EMBRAPA CNPMA, 1997. 37 p. (EMBRAPA-CNPMA. Documentos, 9).
81. MESSINA, Michelle E.; BAER, Jonathan C. Decoding Silicon Valley, The Insiders Guide, 2016, Decode Publishers.
82. MILLIET, Sérgio, Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo, Volume 1 de Estudos paulistas, 1938 - Universidade do Texas.
83. MINISTÉRIO DAS CIDADES, INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT. Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios. Org: Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo, Agostinho Tadashi Ogura .Brasília: Min. das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007.
84. MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais. Recife, v.18, n.3, p.363-377, set-dez. 2016.
85. MORGADO, Sofia. Protagonismo de la ausencia, interpretación urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado. 2005.Tese(doutorado em Arquitetura). Univers. Politéc. da Cataluña. 2005.
86. MOTTA, P. R. Gestão estratégica. In: VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. A. Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
87. MUMFORD, Lewis, City development—Studies in Disintegration and Renewal. New York 17, Harcourt, Brace & Company, 1945.
88. NOBRE, Carlos et al, Da vulnerabilidade das megacidades brasileiras às mudanças climáticas. Região Metropolitana de São Paulo, Junho de 2010, www.inpe.br acesso a 28 de junho de 2019.

89. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. São Paulo Dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro In: CARLOS, Ana Fani A. e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). Geografias de SP: Contexto, 2004.
90. OLIVEIRA, J.B.; CAMARGO, M.N.; ROSSI, M. & CALDERANO FILHO, B. Mapa pedológico do Est. SP: legenda expandida - Campinas, Instituto Agrônomo/EMBRAPA Solos. Campinas.1999. 64p.
91. OLIVEIRA, Maria Aparecida de.; ALVES, Humberto Prates da Fonseca Expansão Urbana e Desmatamento nas Áreas Protegidas por Legislação Ambiental na Região Metropolitana de São Paulo (versão preliminar) Trabalho apresentado no Workshop "População e meio Ambiente: Metodologias de abordagem". Nepo/Unicamp, Campinas, SP, 10 de novembro de 2005.
92. PASQUAL, M. O. A. FACHINI, M. P; Espaço verde urbano - importância na dinâmica da paisagem. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_maria_oliveta_ibano_pasqual.pdf. Acesso em: 06/maio/2019.
93. PASTERNAK, S - Aspectos demográficos da Região Metropolitana de São Paulo, In Bógus, L e Pasternak, S, Como Anda São Paulo, Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009, pp11-37.
94. PASTERNAK, e BÓGUS, L. - A dinâmica espacial da desigualdade na região metropolitana de SP, Caderno LAP 47, jul-dez 2005.
95. PASTERNAK, S São Paulo e suas favelas. - Revista Pós 19. Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, vol. 27, n° 19, 2006, jun., PP 176-197.
96. PASTERNAK, S.- Loteamentos irregulares no Município de São Paulo: uma avaliação sócio urbanística Planejamento e Políticas Públicas (PPP). Brasília, IPEA, n° 34, jan-jun. 2010, PP 131-170.
97. PASTERNAK, Taschner, S.- Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo. Revista Brasileira de População, v.7.n.1, Campinas, janeiro/junho,1990, pp.3-34.
98. PERNOUD, Régine, Les origines de la bourgeoisie. Presses Universitaires de France, 1947.
99. PERROTA, M.M.; SALVADOR, E.D.; LOPES, R.C.; D'AGOSTINO, L.Z.; PERUFFO, N.; GOMES, S.D.; SACHS, L.L.B.; MEIRA, V.T.; LACERDA FILHO, J.V. Mapa Geológico do Estado de São Paulo, escala 1:750.000. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, CPRM, São Paulo, 2005.
100. PFEIFFER, P. Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem. Brasília: Enap, out/00. Textos p/ Discussão, n. 37.
101. PIKE, A, Rodriguez-Pose, A, J Tomaney. Desarrollo local y regional. - Universitat de València.
102. PINTO, Leonardo, de Barros. Condições de vida e trabalho nos assentamentos rurais de São Paulo. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Passo Fundo, 28 a 01 de julho de 2002, Anais...
103. PISCIONE, Deborah Perry. Os Segredos do Vale do Silício: o que Você Pode Aprender com a Capital Mundial da Inovação – Altqa Books Editora, 2019.
104. POLANYI, M. (1966). The Tacit Dimension. London: Routledge & Kegan Paul.
105. PROFILL & RHAMA Consultoria Ambiental - Primeira Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020.
106. PUTMAN, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução: Luiz Alberto Monjardim, 5ªed., Rio de Janeiro, FGV, 2006.
107. REFLEXÕES SOBRE ASSINCRONIAS URBANAS. SPaulo Perspectiva, jan /mar. 2001, vol.15, no.1, p.3-12.
108. REIS. Nestor Goulart. Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano. SP: Via das Artes, 2006.

109. RESENDE, W. X; SOUZA, H. T. R. e SOUZA, R. Índices de áreas verdes públicas: uma avaliação fitogeográfica da qualidade ambiental em Aracaju. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 13, 2009, Viçosa. Anais. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009. 20 p.
110. REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.
111. REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. - Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual-Artigo publicado na Revista de Admin. Pública-RAP|EBAPE/FGV- RJ 41(2):255-71mar/abr. 2007.
112. RIZEK, Cibele et al. MANIFESTO PELA URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA VILA SOMA. Sumaré Coordenação da Vila Soma, 2016. 4 p.
113. ROSSET, F. Procedimentos metodológicos para estimativa do índice de áreas verdes públicas. Estudo de caso: Erechim, RS. Dissertação (Mestrado). UFSCar. São Carlos, SP, 2005.
114. SANTORO, P. F. Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012/ZUQUIM, M. de L. Os caminhos do rural: uma questão agrária e ambiental. São Paulo: Editora Senac, 2007.
115. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
116. SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.
117. SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. Poder municipal: participação, descentralização e políticas públicas inovadoras. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ANPAD, 1. 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Enapg, 2004.
118. SÃO PAULO (CIDADE). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA. Atlas Ambiental do Município de São Paulo - o verde, o território o ser humano. São Paulo, SVMA, 2004.
119. SÃO PAULO (ESTADO). Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA - EMPLASA Mapa de Uso e Ocupação do Solo da RMSP São Paulo: EMPLASA, 2010.
120. SÃO PAULO (EST). Secret de Estado de Transp. Metropolitanos - STM. Viário Metropol. SP: STM, 1999
121. São Paulo- Crescimento e Pobreza – Diversos autores.
122. SEN, Amartya Kumar. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 2001. NUSSBAUM, M. C. Frontiers of justice: disability, nationality e species membership. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
123. SILVA C. H. D; Plano diretor: teoria e prática. São Paulo; Saraiva; 2008.
124. SIQUEIRA, S.A.V., SENNA, M.C.M., OLIVEVEIRA, P.T.R. & PINTO, L.F. Descentralização e assistência à saúde no Brasil: um balanço dos anos 90. Revista Saúde em Debate 26(60):25-36. 2002.
125. SOUZA, Vitor Carraro Cesar de Solos de Várzea do Ribeirão Quilombo: Caracterização Geoquímica UNICAMP - Instituto de Geociências Departamento de Geografia/2015.
126. SPECK, Jeff. Walkable City: How Downtown Can Save America, One Step at a Time; Island Press, 2018.
127. TOLEDO, F.S; MAZZEI, K; SANTOS, D. G. Um índice de áreas verdes na cidade de Uberlândia - MG. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, Piracicaba: v. 4, n. 3 p. 86-97; 2009. Disponível em: http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo88.pdf. Acesso em 16/04/2019.
128. TOLEDO, Francisco A. in Uma História de Sumaré.
129. TROPPEMAIR, H. Ecologia da Paisagem: da geografia para ciência interdisciplinar. Revista de Estudos Ambientais, v. 3, n.1, p. 80-85, jan/abr., Blumenau, 2001.
130. UNDRO -UNITED NATIONS RELIEF CO-ORDINATOR.1991 UNDRO'S approach to disaster mitigation. UNDRO News, Geneva, p.20, jan-feb.

131. VAINER, A.; ALBUQUERQUE, J.; GARSON, S. Manual de elaboração: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios. 2. ed. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2005.
132. VAINER, Carlos. Utopias urbanas e o desafio democrático. Revista Paranaense de Desenvolvimento. n. 105, pp. 35-31, jul/dez. 2003.
133. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
134. VAZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo endógeno y globalización. Revista EURE, Santiago de Chile, v.26, n.79, p.47-65, dez. 2000.
135. VERAS, Maura Pardini Bicudo. TEMPO E ESPAÇO NA METRÓPOLE: BREVES REFLEXÕES SOBRE ASSINCRONIAS URBANAS. São Paulo Perspec. 2001, vol.15, n.1, pp. 3-12. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100002>.
136. VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.
137. VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. Ed. especial. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, 1999.
138. VILLAÇA, Flávio. Espaço Intraurbano no Brasil. São Paulo. Nobel/Fapesp, 1998.
139. VITTE, Antonio Carlos, O uso da morfometria de Bacias de Drenagem como suporte ao Mapeamento da Fragilidade Ambiental nos Municípios de Sumaré e Valinhos, RMC (SP) – BRASIL Departamento de Geografia, UNICAMP.
140. WHEELAND, C. M. Citywide strategic planning an evaluation of Rock Hill's. Public Adm. Review, Washington, v. 53 n. 1,p. 65-72.Jan/Feb/93.
141. WILHEIM, Jorge. Cidades: o substantivo e o adjetivo. Perspectiva, 2008.
142. WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. Administração estratégica: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.
143. ZANCHETTA, Diego - O Estadão Domingo, 3 de agosto de 2008 [online, A primeira macrometrópole do hemisfério sul; A mancha urbana cresceu a ponto de emendar São Paulo a Campinas, uniu 65 municípios e hoje abriga 12% da população brasileira.